

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RENATO DA FONSECA LACERDA BATISTA

A POLÍTICA POLAR CHINESA:

As ações chinesas nas regiões polares entre 1983 e 2018 sob a perspectiva realista.

Rio de Janeiro

2018

CC RENATO DA FONSECA LACERDA BATISTA

A POLÍTICA POLAR CHINESA:

As ações chinesas nas regiões polares entre 1983 e 2018 sob a perspectiva realista.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2018

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me iluminado durante essa jornada e ter me proporcionado força e determinação para que mais este desafio fosse superado.

À minha esposa, Ana Carolina e minha filha, Catarina, pela compreensão e incentivo durante todo o tempo dedicado ao curso.

Ao meu incansável orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pela disponibilidade irrestrita, pelas críticas sinceras e construtivas, pelos ensinamentos e incentivo que foram fundamentais para a elaboração e conclusão desse trabalho.

## RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar se as ações chinesas nas regiões polares entre 1983 e 2018, no contexto de sua Política de Estado para tais regiões, vem sendo conduzidas de acordo com a Teoria Realista, além de apresentar o relevante papel dessa política no âmbito da atual Política Externa da China. A relevância do tema fundamenta-se na oportunidade de se obter um melhor entendimento de como a China, por meio de sua Política Polar, procura obter o reconhecimento internacional de sua posição de grande potência mundial. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental. O desenho de pesquisa utilizado foi o confronto entre teoria e realidade, aplicando-se a Teoria Realista conforme descrita por Morgenthau, segundo a qual os Estados buscam atender seus interesses definindo-os em termos de poder. Foram utilizados os elementos constitutivos do Poder Nacional com a finalidade de realizar a análise das ações. Relacionando-se a teoria com as ações empreendidas pela China nas regiões polares, no período estudado, concluiu-se que tais ações foram conduzidas de forma a aumentar seu Poder Nacional, incrementando os seguintes elementos constitutivos: a Geografia, por meio do desenvolvimento de rotas marítimas polares, que possam garantir a liberdade de seu transporte marítimo; os Recursos Naturais, por meio do desenvolvimento de investigação científica dos recursos existentes nas regiões polares, e com o desenvolvimento dessas pesquisas, garantir uma posição privilegiada nas negociações sobre uma possível exploração desses recursos no futuro; e o Grau de Preparação Militar, por meio da capacitação de seu Poder Naval para operar nas regiões polares, atingindo, assim o objetivo de se transformar em uma Marinha de “águas azuis”, visando prover segurança ao seu transporte marítimo e ao território chinês, além do desenvolvimento de importantes projetos de caráter militar nessas regiões. Dessa forma, pôde ser comprovado o caráter realista das ações chinesas nas regiões polares, no contexto temporal analisado.

**Palavras-chave:** China. Ártico. Antártica. Política Polar. Teoria Realista.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa com definições de limites do Ártico: Círculo Polar Ártico, linha isotérmica de 10°C no verão e linha de árvores árticas.....	55
Figura 2 -	Mapa com os limites do Ártico de acordo com o Conselho do Ártico.....	56
Figura 3 -	Extensão da área congelada do Oceano Ártico.....	56
Figura 4 -	Principais frotas mercantes mundiais por tonelagem bruta.....	57
Figura 5 -	Rotas marítimas no Oceano Ártico.....	57
Figura 6 -	Área de cobertura do Sistema <i>BeiDou</i> .....	58
Figura 7 -	Corredores de cooperação econômica no contexto da Iniciativa do Cinturão e Rota.....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI -	Ano Geofísico Internacional
API -	Ano Polar Internacional
BRI -	<i>Belt and Road Initiative</i>
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EUA -	Estados Unidos da América
IASC -	<i>International Arctic Science Committee</i>
LCM -	Linhas de Comunicações Marítimas
MELP -	Marinha do Exército de Libertação Popular
PCC -	Partido Comunista Chinês
RCTA -	Reuniões Consultivas do Tratado Antártico
SOA -	<i>State Oceanic Administration</i>
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A TEORIA REALISTA E AS REGIÕES POLARES.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1</b>	A Teoria Realista segundo Morgenthau.....	9
<b>2.2</b>	A Antártica.....	12
<b>2.3</b>	O Ártico.....	16
<b>3</b>	<b>A POLÍTICA POLAR CHINESA.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1</b>	Breve histórico da presença chinesa nas regiões polares.....	20
<b>3.2</b>	Interesses de segurança nas regiões polares.....	23
<b>3.3</b>	Interesses em recursos naturais nas regiões polares.....	28
<b>3.4</b>	Interesses científico-tecnológicos nas regiões polares.....	32
<b>4</b>	<b>A POLÍTICA POLAR NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1</b>	Evolução histórica da Política Externa Chinesa a partir do final da década de 1980.....	37
<b>4.2</b>	A Política Polar e a Estratégia Marítima Chinesa.....	41
<b>4.3</b>	A Política Polar e a Iniciativa do Cinturão e Rota.....	44
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
	<b>ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As regiões polares, representadas ao norte pelo Ártico e ao sul pela Antártica, são possivelmente as mais inóspitas do planeta. No entanto, devido à localização geográfica privilegiada, defrontando as grandes massas continentais da Eurásia e América, no caso do Ártico e os três grandes oceanos do planeta, no caso da Antártica, além das importantes reservas de recursos naturais que possuem, essas regiões se tornaram objeto de cobiça por diversos países, há pelo menos dois séculos. As alterações climáticas provocadas pelo aquecimento global e o decorrente derretimento das camadas de gelo que as cobrem, vem proporcionando ao longo do tempo uma maior acessibilidade aos recursos naturais existentes nessas regiões, além da abertura de novas rotas marítimas no Ártico. Como resultado, observa-se um incremento na importância geopolítica das regiões polares nas últimas décadas.

A República Popular da China, após um período de profundas transformações políticas e econômicas iniciadas no final da década de 1970, tornou-se um país com elevadas taxas de crescimento econômico ao longo das décadas seguintes, emergindo assim como grande potência mundial. Nesse contexto, o país desenvolveu uma Política de Estado para as regiões polares, com o objetivo de se fazer presente nessas regiões e, dessa forma, defender seus interesses estratégicos e participar de seu sistema de governança.

O presente trabalho propõe-se a apresentar como a Política Polar Chinesa se insere no contexto da atual Política Externa do país, e como aquela política contribui no incremento de seu Poder Nacional. Por conseguinte, a seguinte questão de pesquisa é apresentada: a Política Polar Chinesa e suas ações decorrentes vêm sendo conduzidas de acordo com a Teoria Realista, de forma a atingir e manter seus objetivos nacionais?

O propósito deste trabalho é, portanto, analisar as ações da China relacionadas ao Ártico e à Antártica entre 1983 e 2018, de forma a responder à questão de pesquisa apresentada, além de ressaltar a importância da Política Polar no âmbito da Política Externa



do país. Foi adotada a hipótese de que as referidas ações foram baseadas nas concepções da Teoria Realista segundo Morgenthau (2003) e o período de análise foi selecionado levando-se em consideração que o maior envolvimento da China nos assuntos polares se deu a partir da adesão do país ao Tratado da Antártica em 1983.

A relevância do tema fundamenta-se na oportunidade de entender como a China, por meio de sua Política Polar, procura obter o reconhecimento internacional de sua posição de grande potência mundial.

Para atingir o propósito, o desenho de pesquisa empregado neste trabalho será o confronto entre teoria e realidade, com aplicação da Teoria Realista para analisar se as ações empreendidas pela China no período delimitado buscam o incremento de três elementos constitutivos do Poder Nacional: a Geografia, os Recursos Naturais e o Grau de Preparação Militar, comprovando, dessa forma, a aplicabilidade da Teoria Realista no objeto estudado.

A apresentação do trabalho será realizada em cinco capítulos, incluindo esta Introdução. No segundo capítulo será apresentada uma breve descrição da Teoria Realista segundo Morgenthau (2003) e serão abordados aspectos geográficos, ambientais e políticos sobre a Antártica e o Ártico. No terceiro capítulo serão estudadas as ações da China nas regiões polares entre 1983 e 2018, destacando-se os três elementos do Poder Nacional, selecionados para este trabalho, conforme citado acima. No quarto capítulo será apresentado como a Política Polar se insere no contexto da Política Externa da China. Por fim, o último capítulo apresentará a conclusão do trabalho.

Assim, o próximo capítulo iniciará o estudo com a descrição da Teoria Realista segundo Morgenthau (2003) e a abordagem de aspectos relevantes sobre a Antártica e o Ártico.

## 2 A TEORIA REALISTA E AS REGIÕES POLARES

Neste capítulo será apresentada uma breve descrição da Teoria Realista, que será a fundamentação teórica utilizada neste trabalho e constará da primeira seção. Além da referida teoria, serão abordados aspectos geográficos, ambientais e políticos sobre a Antártica e o Ártico, na segunda e terceira seções, respectivamente, visando uma melhor compreensão do espaço geográfico onde serão analisadas as ações chinesas entre 1983 e 2018.

Na seção a seguir, será apresentado o Realismo segundo Morgenthau, destacando-se o conceito de poder no âmbito dos Estados Nacionais, o chamado Poder Nacional, e seus principais elementos constitutivos.

### 2.1 A Teoria Realista segundo Morgenthau

Hans J. Morgenthau (1904-1980) desenvolveu as bases teóricas do Realismo Moderno, a partir do final da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), em um contexto de surgimento da bipolaridade entre os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). Em sua obra *“Politics amongst Nations: the Struggle for Power and Peace”* (1948), Morgenthau define os seis princípios do Realismo Político, e considera como seu conceito-chave o interesse definido em termos de poder<sup>1</sup>, sendo este o meio e fim da ação estatal, variando conforme suas necessidades e contextos históricos (PECEQUILO, 2012).

Segundo Morgenthau (2003), em sua definição dos princípios do Realismo Político, a política obedece a leis objetivas, que são fruto da natureza humana e de sua constante busca pela sobrevivência e os interesses dos Estados estão sempre configurados em termos de poder, não devendo ser governados por influências morais ou vontades pessoais do

---

<sup>1</sup> Segundo Morgenthau (2003, p.199), “pela palavra ‘poder’ designamos a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens, fenômeno esse que pode ser encontrado sempre que seres humanos vivem em contato social um com os outros.”

governante, e sim estar condicionados pela busca racional de ganhos em sua política externa, sempre guiados pelos interesses nacionais. Ainda ressalta que as relações entre os Estados sempre foram definidas em termos de poder, porém os tipos de interesses das ações políticas variam, dependendo das circunstâncias históricas, temporais e culturais, não sendo fixos e permanentes.

O poder, quando considerado no âmbito dos Estados Nacionais, que são os principais atores no Sistema Internacional, é chamado de Poder Nacional. Visando distinguir o poder de um Estado em relação a outro, além de possibilitar a determinação do poderio de uma nação, Morgenthau (2003) dividiu o Poder Nacional em 9 elementos: Geografia, Recursos Naturais, Grau de Preparação Militar, Capacidade Industrial, População, Índole Nacional, Moral Nacional, Qualidade da Diplomacia e Qualidade do Governo. Ele ainda dividiu esses elementos em dois grupos: os relativamente estáveis e os que estão sujeitos a mudanças constantes.

Tendo em vista as ações empreendidas pela China em sua Política de Estado para o Ártico e para a Antártica entre 1983 e 2018, ações essas que serão descritas nos próximos capítulos, serão analisados neste trabalho apenas três dos nove elementos considerados por Morgenthau (2003). Os três elementos a serem analisados serão a Geografia, os Recursos Naturais e o Grau de Preparação Militar, pois foram considerados neste estudo os de maior relevância na busca chinesa pelo incremento de seu Poder Nacional, visando alcançar e manter seus objetivos nacionais.

Analisando-se primeiramente a Geografia, esta é considerada por Morgenthau (2003) o mais estável dos elementos que constituem o poder de um Estado. Certamente, ela é menos relevante hoje do que era há tempos atrás, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico dos transportes, comunicações e armamentos, porém, não pode ser desconsiderada. O aspecto insulante dos oceanos e a existência de barreiras naturais, como as

grandes cadeias montanhosas, ainda são fatores a serem considerados no que diz respeito aos assuntos políticos, econômicos e militares, mesmo com todas as inovações observadas no último século. A localização geográfica da China lhe impõe grandes desafios a serem enfrentados em busca da consecução de seus objetivos nacionais, notadamente no que diz respeito às suas fronteiras marítimas, que se restringem ao Mar Amarelo, Mar da China Oriental e Mar do Sul da China, no Oeste do Oceano Pacífico. A preocupação chinesa com essa questão é demonstrada por seu crescente interesse em acessar as rotas marítimas do Ártico, que conectam o Leste Asiático à Europa com menores distâncias, e tem se tornado cada vez mais viáveis, devido ao aumento do degelo do Oceano Ártico no verão.

Os Recursos Naturais também serão analisados neste trabalho, e são considerados por Morgenthau (2003) como um elemento relativamente estável e que exerce uma importante influência sobre o poder de um Estado, quando confrontada com outros. São admitidos como relativamente estáveis, pois aqueles recursos que não estejam disponíveis hoje, poderão estar em um momento futuro, tendo em vista o desenvolvimento de tecnologias que permitam sua exploração. Dentre esses recursos, destacam-se os alimentos, as matérias primas necessárias à produção industrial e os recursos energéticos, que ocupam um patamar de grande relevância. É um elemento do Poder Nacional de grande importância no caso chinês, tendo em vista a demanda crescente por esses recursos, devido ao grande contingente populacional do país e à necessidade de fomento ao seu crescimento econômico.

O último, e não menos importante, elemento a ser analisado será o Grau de Preparação Militar, que segundo Morgenthau (2003) é essencial ao Poder Nacional, pois ele é a base para apoiar as políticas externas que devam ser implementadas. Tal capacidade militar resulta de uma série de fatores, destacando-se os aspectos tecnológicos, de liderança e de quantidade e qualidade das Forças Armadas. Compreendendo a relevância deste elemento do Poder Nacional para a sua política externa, a China tem apresentado um ritmo de

desenvolvimento militar acima da média mundial nos últimos anos, aumentando seus gastos militares e o investimento em tecnologia, além de procurar desenvolver as capacidades operacionais de suas forças armadas para atuação nas regiões polares.

Tendo sido feita uma breve descrição da Teoria Realista segundo Morgenthau, serão apresentados na próxima seção alguns aspectos geográficos e políticos da Antártica, visando uma melhor contextualização dos assuntos a serem tratados nos capítulos seguintes.

## **2.2 A Antártica**

A Antártica compreende todas as terras localizadas ao sul do paralelo de 60°S, incluindo não só o continente antártico propriamente dito, como também as várias ilhas e arquipélagos que o circundam. Possui uma área de aproximadamente 14 milhões de km<sup>2</sup>, equivalente à 1,4 vez a área total dos EUA e à área correspondente aos territórios da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Peru e Uruguai juntos. Cerca de 95% de sua superfície é coberta de gelo, possuindo o corresponde a 90% de todo o gelo e a 70% de toda a água doce do planeta. A média de temperaturas no Polo Sul são de -27,5°C no verão e de -60°C no inverno, tendo sido registrada na estação de pesquisa antártica russa *Vostok* a temperatura de -89,2°C, a menor já registrada na superfície terrestre. A maioria da biodiversidade encontrada na Antártica está no meio ambiente marinho, onde podem ser encontradas diversas espécies de aves e mamíferos (COMNAP, COOL ANTARCTICA, PROANTAR, 2018).

No que se refere às riquezas minerais, estima-se que o continente possua importantes reservas, destacando-se petróleo, gás natural, ferro, carvão, cobre, urânio, ouro, prata, entre outros minerais de grande valor comercial (COOL ANTARCTICA, 2018).

A importância econômica desses recursos no futuro é preocupação de diversos países desde que se intensificaram as pesquisas na Antártica a partir da década de 1980, como podemos observar em um trecho do documento elaborado pelo Escritório de Avaliação

Tecnológica do Congresso dos EUA, em 1989, sobre as implicações da Convenção para Regulamentação das Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos<sup>2</sup>, conforme reproduzido a seguir:

O potencial de recursos da Antártica está recebendo maior atenção global como resultado do desenvolvimento tecnológico, pesquisa científica continuada e a busca para desenvolver fontes adicionais de energia e fornecimento de minerais. No momento, não são conhecidos depósitos minerais economicamente viáveis na Antártica. [...] Apesar destas ressalvas, é perfeitamente possível que alguns depósitos minerais encontrados na Antártica possam, em algum momento futuro, ser de valor econômico suficiente para que sua extração possa ser considerada (U.S. CONGRESS, Office of Technology Assessment, 1989, p. 93, tradução nossa).<sup>3</sup>

A Antártica possui um enorme valor estratégico, não só pela diversidade de recursos naturais que possui, mas também pela sua privilegiada localização geográfica, defrontando os três grandes oceanos do planeta, incluindo duas passagens de grande importância para o comércio marítimo mundial - o Estreito de *Drake* e o Cabo da Boa Esperança (MATTOS, 2015).

Traçando um breve histórico do continente, existe certo consenso de que o primeiro explorador a avistá-lo foi o russo Fabian Gotlieb Von Bellinghausen (1778-1852), em uma expedição ordenada pelo Czar Alexandre I, em 1820. Ao longo de praticamente todo o século XIX, a caça predatória de mamíferos marinhos foi a principal atividade desenvolvida no continente, principalmente por ingleses, franceses e estadunidenses. Com a realização do primeiro Ano Polar Internacional (API) em 1882, Alemanha e França estabeleceram estações de pesquisa em áreas sub-antárticas, iniciando-se a preocupação no desenvolvimento de pesquisas científicas na região. No início do século XX, surgiram as primeiras reivindicações por territórios no continente antártico, feitas pelo Reino Unido (1908), Nova Zelândia (1923),

---

<sup>2</sup> Convenção assinada em Wellington, Nova Zelândia, em 1988, onde as Partes Consultivas do Tratado da Antártica negociaram um regime de exploração de seus recursos minerais. Disponível em: <[https://www.ats.aq/s/ats\\_other.htm](https://www.ats.aq/s/ats_other.htm)>. Acesso em: 15 mai. 2018

<sup>3</sup> Original em inglês: “*The resource potential of Antarctica is receiving increased global attention as a result of technological developments, continued scientific research, and the drive to develop additional sources of energy and minerals supply. At present, there are no known economic mineral deposits in Antarctica. [...] Despite these caveats, it is entirely possible that some mineral deposits might be found in Antarctica which could at some future time be of sufficient economic value that their extraction might be considered.*”

França (1924), Austrália (1933) e Noruega (1939). Por ocasião da Conferência dos Diretores dos Observatórios e Escritórios ligados à Organização Meteorológica Internacional, realizada em Copenhague, na Dinamarca, em 1929, diversos países decidiram pela realização do segundo API. Dessa forma, 50 anos após o primeiro, foi realizado o segundo API, de 1º de agosto de 1932 a 31 de agosto de 1933 (DAY, 2013).

Devido à 2ª Guerra Mundial (1939-1945), as expedições para a Antártica foram bastante reduzidas, porém, Argentina e Chile, que estavam neutros no conflito, formalizaram seus interesses territoriais no continente em 1940. Com o fim da guerra, e a vitória de estadunidenses e soviéticos, a posição destes países em relação à Antártica passou a ser de grande importância para aquele continente. Dessa forma, visando conter as pretensões territoriais e buscar um regime jurídico único, o presidente estadunidense Dwight Eisenhower convidou 11 países (África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e a ex-URSS) para participar de uma conferência em Washington, em outubro de 1959, para tratar dos assuntos antárticos (MATTOS, 2015).

Como resultado dessa conferência, foi assinado o Tratado da Antártica, em 1º de dezembro de 1959, que entrou em vigor em 23 de junho de 1961, após a ratificação dos 11 países citados acima, além dos EUA. Esses 12 países foram os mesmos que haviam realizado atividades científicas antárticas durante o Ano Geofísico Internacional (AGI)<sup>4</sup>, entre os anos de 1957 e 1958. O Tratado possui um regime jurídico que estende a outros países, além dos 12 iniciais, a possibilidade de se tornarem Partes Consultivas nas discussões sobre o

---

<sup>4</sup> Em 1950, no Conselho Internacional de União Científica (ICSU), foi discutida a possibilidade de ser realizado o Terceiro Ano Polar Internacional. Por sugestão da Organização Meteorológica Mundial, o conceito de Ano Polar foi estendido para todo o Globo, nascendo, assim, o Ano Geofísico Internacional. Assim como nos API, o objetivo era realizar pesquisas científicas congregando esforços no sentido de proporcionar uma maior e melhor compreensão dos fenômenos relacionados ao planeta Terra, principalmente nas regiões polares. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar#historico>>. Acesso em: 16 mai. 2018

continente, quando demonstrando seu interesse em realizar atividades de pesquisa científica substanciais na Antártica (PROANTAR, 2018).

Desde 1959, outros 41 países aderiram ao Tratado, sendo atualmente 29 Partes Consultivas, que tem direito a tomar parte nas decisões e 24 Partes Não Consultivas, que são convidadas a participar das Reuniões Consultivas do Tratado Antártico (RCTA), mas não participam do processo decisório (ATS, 2018).

A área abrangida pelo Tratado da Antártica situa-se ao sul do paralelo de 60°S, na qual se aplicam os seus 14 artigos, que consagraram princípios como: a liberdade para a pesquisa científica, a cooperação internacional para este fim e a utilização pacífica da Antártica, proibindo expressamente a militarização da região e sua utilização para explosões nucleares ou como depósito de resíduos radioativos (PROANTAR, 2018).

Além do Tratado da Antártica propriamente dito, outros acordos internacionais envolvendo o continente foram assinados, regulamentando diversos assuntos e formando o Sistema do Tratado da Antártica, sendo estes acordos o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção Ambiental ou Protocolo de Madri de 1991, a Convenção para Conservação das Focas Antárticas de 1972 (CCAS) e a Convenção para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos de 1980 (CCAMLR) (ATS, 2018).

O Protocolo de Madri, assinado em 1991 e que entrou em vigor em 1998, designa a Antártica como uma “reserva natural dedicada à paz e à ciência” e estabelece os princípios básicos aplicáveis às atividades humanas na região. Adicionalmente, proíbe todas as atividades relacionadas a recursos minerais, exceto aquelas que tenham fins científicos. Determinou ainda que até 2048, o Protocolo só poderá ser modificado pelo acordo unânime das 29 Partes Consultivas do Tratado, e seu artigo 25 prevê que após decorrido o período de 50 anos de sua vigência, qualquer dos membros consultivos pode solicitar mudanças no



mesmo, por meio de comunicação dirigida ao Depositário, o que acarretará a realização de uma conferência a fim de rever a aplicação do Protocolo (ATS, 2018).

A China aderiu ao Tratado da Antártica em 1983, tornando-se membro consultivo em 1985, quando construiu sua primeira estação antártica, a Estação *Great Wall*, localizada na Ilha Rei George, a mesma onde se encontra a Estação Antártica Comandante Ferraz.

Após apresentado um breve panorama geográfico e político da Antártica, serão definidos na próxima seção os limites geográficos do Ártico e abordados alguns aspectos políticos e ambientais importantes sobre essa região, para melhor compreensão dos assuntos a serem tratados nos capítulos seguintes.

### 2.3 O Ártico

Diferentemente do Polo Sul, que se encontra localizado no continente antártico, o Polo Norte localiza-se no Oceano Ártico, que consiste em um grande oceano cercado por terras, que devido à sua localização e clima, são especiais e únicas. A região que engloba essas terras, com latitudes superiores à do Círculo Polar Ártico<sup>5</sup>, juntamente com o referido oceano, são comumente chamadas de Ártico. Existem ainda outras definições para os limites do Ártico, dentre elas, a que o define com base na temperatura, e inclui quaisquer locais em altas latitudes onde a temperatura média diária no verão não ultrapasse 10°C. Alguns cientistas também o define como a área ao norte da linha de árvores árticas, onde a paisagem é congelada e composta por arbustos e líquens (FIG 1) (NSIDC, 2018).

O Conselho do Ártico, que será detalhado a seguir nesta seção, adota como limites para a região, alguns territórios localizados em seus 8 países membros: Canadá, Dinamarca<sup>6</sup>,

---

<sup>5</sup> Linha imaginária que circunda o globo a aproximadamente 66° 34' N, marcando a latitude acima da qual o sol não se põe no solstício de verão e não nasce no solstício de inverno. Disponível em: <<https://nsidc.org/cryosphere/arctic-meteorology/arctic.html>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

<sup>6</sup> A Dinamarca é país membro do Conselho Ártico devido ao fato de a Groenlândia e as Ilhas Faroese serem regiões autônomas pertencentes ao Reino da Dinamarca e estarem localizadas na área delimitada pelo Conselho.

EUA, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia. Neste trabalho, o Ártico será considerado como sendo a mesma região descrita pelo referido Conselho, com seus limites definidos na figura 2.

Por iniciativa do Canadá, em 1996, foi criado o Conselho do Ártico, com a assinatura da Declaração de Ottawa. Não se trata de um Organismo Internacional, mas sim um Fórum Intergovernamental, com o objetivo de promover cooperação, coordenação e interação entre os Estados Árticos (listados no parágrafo acima) em assuntos de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Além dos 8 países membros, 6 organizações que representam povos nativos da região possuem o status de participantes permanentes, com voz ativa nos temas discutidos no Conselho (ARCTIC COUNCIL, 2018).

A participação no Conselho do Ártico como observador é permitida aos Estados Não-Árticos, assim como às organizações intergovernamentais e interparlamentares (globais ou regionais) e às organizações não-governamentais que o Conselho considere capazes de contribuir para o seu trabalho, atuando principalmente ao nível dos 6 Grupos de Trabalho que o compõe<sup>7</sup>. Os observadores devem obedecer a certas determinações para serem admitidos no Conselho, dentre elas, reconhecer a soberania e a jurisdição dos Estados Árticos na região e a extensa estrutura legal que se aplica ao Oceano Ártico, incluindo, notadamente, o Direito do Mar, além de demonstrar disposição política e capacidade financeira para contribuir com o trabalho dos participantes permanentes e de outros povos nativos do Ártico, ressaltando ainda que eles não participam das decisões ao nível do Conselho, que são de exclusiva responsabilidade dos 8 Estados Árticos, com o envolvimento dos outros participantes permanentes. Atualmente, são 13 os Estados Não-Árticos admitidos como observadores no

---

<sup>7</sup> Grupos de Trabalho componentes do Conselho do Ártico: *Arctic Contaminants Action Program* (ACAP); *Arctic Monitoring and Assessment Program* (AMAP); *Conservation of Arctic Flora and Fauna Working Group* (CAFF); *Emergency Prevention, Preparedness and Response Working Group* (EPPR); *Protection of the Arctic Marine Environment Working Group* (PAME); e *Sustainable Development Working Group* (SDWG). Disponível em: <<http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

Conselho: Alemanha, China, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, França, Holanda, Índia, Itália, Japão, Polônia, Reino Unido e Suíça (ARCTIC COUNCIL, 2018).

As mudanças climáticas em curso no planeta ao longo das últimas décadas, vem ocasionando um impacto importante na região, principalmente no que diz respeito à cobertura de gelo no Oceano Ártico. Comparando-se as médias de áreas cobertas por gelo marinho desde a década de 1980, percebe-se um sensível decréscimo ao longo do tempo, destacando-se o ano de 2012, quando em setembro, a superfície congelada no Oceano Ártico chegou a apenas 3,387 milhões de km<sup>2</sup>, muito abaixo da média registrada entre 1979-1990, que foi de 6,954 milhões de km<sup>2</sup> (FIG 3) (NSIDC, 2018).

O impacto ambiental mencionado acima traz consequências econômicas importantes para a região. Com uma menor cobertura de gelo, em alguns meses do ano, temos a abertura de rotas marítimas no Oceano Ártico por um maior período de tempo ao longo do ano, além de um maior acesso aos recursos naturais marinhos existentes no Ártico, destacando-se o petróleo e o gás natural. É nesse contexto que vários países, notadamente a China, tem direcionado esforços para participar da coordenação política dos assuntos relacionados ao Ártico. Percebe-se o esforço chinês nesse sentido, na sua aceitação como membro observador do Conselho do Ártico, ocorrido na Reunião Ministerial do Conselho em 2013, na cidade de Kiruna, Suécia<sup>8</sup>.

Após a abordagem dos fundamentos teóricos do Realismo segundo Morgenthau, e de alguns aspectos geográficos e políticos da Antártica e do Ártico, será apresentada no próximo capítulo a Política Polar Chinesa e as ações relacionadas ao Ártico e à Antártica entre 1983 e 2018.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/arctic-council/observers>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

### 3 A POLÍTICA POLAR CHINESA

Como parte de sua política externa, a China tem aumentado, notadamente a partir da adesão do país ao Tratado da Antártica em 1983, sua presença nas regiões polares, apresentando interesses amplos e complexos tanto no Ártico quanto na Antártica. Nesse contexto, é uma ambição chinesa se tornar uma grande potência polar, sendo este objetivo um ponto chave de sua estratégia marítima (BRADY, 2017). O termo “grande potência polar” foi utilizado pela primeira vez pelo atual Presidente da China e Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC), Xi Jinping, em um discurso proferido durante uma visita a Hobart, Austrália, em novembro de 2014, resumido abaixo:

[...] devido às “profundas mudanças no Sistema Internacional” e ao nível de desenvolvimento econômico chinês sem precedentes nos últimos vinte anos, a China em breve estaria se “juntando às fileiras das grandes potências polares”. [...] “Os assuntos polares têm um papel único em nossa estratégia de desenvolvimento marítimo, e o processo de se tornar uma potência polar é um importante componente do processo chinês de se tornar uma grande potência marítima” (BRADY, 2017, p. 3, tradução nossa).<sup>9</sup>

Visando uma melhor compreensão da atual Política Polar Chinesa, serão estudadas neste capítulo as ações da China relacionadas ao Ártico e à Antártica entre 1983, ano da adesão do país ao Tratado da Antártica, e 2018, mais especificamente o mês de janeiro, quando foi divulgada a Política Chinesa para o Ártico, e que será apresentada nas seções seguintes.

Na primeira seção, será feito um breve histórico da presença chinesa nos dois polos e nas seções seguintes serão detalhados os três principais interesses estratégicos chineses nas regiões polares, de acordo com a sua atual política externa: segurança, recursos naturais e os interesses científico-tecnológicos.

---

<sup>9</sup> Original em inglês: [...] *due to “profound changes in the international system”, and China’s unprecedented level of economic development over the past twenty years, China soon would be “joining the ranks of the polar great powers”.* [...] *“Polar affairs have a unique role in our marine development strategy, and the process of becoming a polar power is an important component of China’s process to become maritime great power”.*

### 3.1 Breve histórico da presença chinesa nas regiões polares

A China demonstrou desde o início do século XX o seu interesse em estar presente nas regiões polares. Nesta seção será apresentado um breve histórico da presença polar chinesa, sendo tratadas primeiramente as ações na Antártica e posteriormente no Ártico.

No que se refere ao Continente Antártico, os chineses foram impedidos de participar do AGI e das convenções que deram origem ao Tratado da Antártica, principalmente por questões relacionadas à Guerra Fria, como o não-reconhecimento diplomático da “China Vermelha”<sup>10</sup> pelos EUA. Apesar disso, a China começou a desenvolver sua estratégia para o continente gelado em meados da década de 1960, porém, as turbulências internas ocorridas ao fim desta década e na posterior, fizeram com que fossem abandonados seus interesses iniciais nos assuntos polares. Somente no final da década de 1970, como parte da estratégia triangular dos EUA e seus aliados contra a ex-URSS, cientistas chineses foram convidados a participar de expedições antárticas australianas, neozelandesas e estadunidenses, iniciando-se assim o desenvolvimento de sua expertise polar (BRADY, 2013).

A adesão chinesa ao Tratado da Antártica se deu em 08 de junho de 1983, sendo sua primeira expedição antártica realizada no final do ano seguinte, que culminou com a inauguração de sua primeira estação científica no continente gelado, a Estação *Great Wall*, localizada na Ilha Rei George, em 20 de fevereiro de 1985. Em 07 de outubro deste mesmo ano, a China foi aceita como membro consultivo do Tratado da Antártica (COMNAP, 2018).

Em 26 de fevereiro de 1989, foi inaugurada a segunda estação antártica chinesa, a Estação *Zhongshan*, localizada nas colinas *Larseman*, porção leste da Antártica (CAA, 2018).

---

<sup>10</sup> Termo se refere à República Popular da China, assim denominada após a Revolução Comunista de 1949, liderada por Mao Tsé-Tung, que ocasionou a fuga dos nacionalistas, liderados por Chiang Kai-Shek, para a Ilha de Taiwan, que era o país reconhecido diplomaticamente como “China” pelos EUA à época. Neste trabalho, o termo “China” se refere à República Popular da China.

Uma nova fase da presença chinesa na Antártica se inicia com a chegada de uma equipe de exploradores no pico do *Dome A*, ou *Dome Argus*, o último significativo território geológico não-explorado da Antártica, em 18 de janeiro de 2005. O sucesso desta expedição permitiu a construção da terceira estação antártica chinesa, a Estação *Kunlun*, localizada no *Dome A* e inaugurada em fevereiro de 2009, que representou um grande salto na pesquisa antártica chinesa, tendo em vista sua localização no interior do continente (BRADY, 2013).

Em 08 de fevereiro de 2014, foi inaugurada a quarta estação de pesquisa chinesa na Antártica, a Estação *Taishan*, localizada a 2.621m acima do nível do mar e a uma distância de 522 km e 715 km das estações de *Zhongshan* e *Kunlun*, respectivamente. A estação possui uma pista para aeronaves de asa fixa, tendo como principal função servir como um ponto de apoio para reabastecimento da estação *Kunlun*, além de realizar observações científicas em diversas áreas do conhecimento<sup>11</sup>.

A China iniciou em novembro de 2017, durante a 34ª expedição antártica, a construção de sua quinta estação de pesquisa, a ser erguida na Baía Terra Nova, Mar de *Ross*, localizado no setor do continente voltado para o Pacífico Sul. Dessa forma, a nova base preencherá o vazio na pesquisa antártica chinesa neste oceano, já que as Estações *Great Wall* e *Zhongshan* estão localizadas nos setores dos Oceanos Atlântico e Índico<sup>12</sup>.

O envolvimento da China nos assuntos do Ártico remonta ao ano de 1925, quando aderiu ao Tratado de Spitsbergen<sup>13</sup>. A entrada no *International Arctic Science Committee* (IASC), em 1996, marcou sua participação mais ativa na pesquisa científica da região. Desde

---

<sup>11</sup> Disponível em: < [http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-02/08/content\\_17272242.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-02/08/content_17272242.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>12</sup> Disponível em: < <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1508972.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>13</sup> Tratado assinado em 1920, que estabeleceu a soberania norueguesa sobre Spitsbergen (maior ilha do arquipélago de Svalbard, no Ártico), porém, com a garantia de livre acesso a cidadãos de todas as nações signatárias, definindo também a desmilitarização da região. Disponível em: <<https://www.spitsbergen-svalbard.com/spitsbergen-information/history/the-spitsbergentreaty.html>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

1999, tem sido organizadas uma série de expedições científicas ao Ártico, utilizando o Navio de Pesquisa *Xue Long*<sup>14</sup> como plataforma (THE STATE COUNCIL, 2018).

Em 2004, foi construída a Estação Ártica Chinesa *Yellow River*, em Ny Alesund, no Arquipélago de Svalbard, Noruega, que tem sido utilizada como base para as expedições científicas no Oceano Ártico. Em 2005, a China foi o primeiro país asiático a sediar a *Arctic Science Summit Week*, uma conferência de alto nível sobre assuntos do Ártico. Em 2013, o país foi aceito como membro observador do Conselho do Ártico, na Reunião Ministerial do Conselho, na cidade de Kiruna, Suécia. As atividades da China no Ártico vão além da mera pesquisa científica e se expandiram para diversas áreas, incluindo governança global, cooperação regional, assuntos bilaterais e multilaterais em disciplinas como pesquisa científica, ambiente ecológico, mudança climática, desenvolvimento e intercâmbio cultural. Como membro importante da comunidade internacional, a China desempenha um papel construtivo na formulação de regras internacionais relacionadas ao Ártico e no desenvolvimento de seu sistema de governança (THE STATE COUNCIL, 2018).

Analisando-se o breve histórico apresentado acima, pode ser observada a grande importância dada pelos chineses aos assuntos polares desde o século passado, demonstrada por seu grande esforço em participar dos assuntos relacionados à governança destas duas regiões, além da crescente presença observada nas últimas décadas, com a construção de cinco estações antárticas e uma estação ártica. Conforme será apresentado nas próximas seções, esse esforço faz parte de um processo mais amplo na busca chinesa pela consecução de seus objetivos nacionais e incremento de seu Poder Nacional.

Na próxima seção, serão apresentados os interesses estratégicos chineses nas regiões polares relacionados à segurança e as ações empreendidas nesse sentido entre 1983 e 2018.

---

<sup>14</sup> Navio quebra-gelos utilizado para as expedições polares da China, comprado usado da Ucrânia em 1994. O navio tem capacidade para 250 pessoas e foi modernizado em 2006 (BRADY, 2013).

### 3.2 Interesses de segurança nas regiões polares

Os interesses chineses de segurança nas regiões polares podem ser divididos em três tópicos principais: preservação da liberdade de transporte, particularmente das linhas de comunicações marítimas (LCM); projeção global do poder marítimo chinês; e fortalecimento da defesa do país (BRADY, 2017). Esses três aspectos serão tratados nesta seção de acordo com a ordem apresentada acima, com enfoque em dois elementos constitutivos do Poder Nacional: a Geografia e o Grau de Preparação Militar.

A China se tornou, nos últimos vinte anos, uma potência econômica global e muito dependente do comércio marítimo internacional. Segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o país possui a terceira frota mercante mundial em tonelagem bruta, ficando atrás apenas de Grécia e Japão (FIG 4). Apenas três países (República da Coreia, China e Japão) construíram 91,8% da tonelagem mundial de navios em 2016, e desde 2014, a China se tornou o maior comerciante mundial de mercadorias e o maior importador de petróleo. Dessa forma, a segurança das LCM tornou-se uma grande preocupação do governo chinês (UNCTAD, 2018).

As principais LCM utilizadas pela China passam por importantes pontos focais, todos eles controlados por outros países, destacando-se o Canal do Panamá, principal rota comercial para os EUA, o Canal de Suez, que permite o comércio com a Europa Ocidental e o Estreito de Malaca, localizado entre o Oceano Índico e o Mar do Sul da China, por onde passa cerca de 85% de todo o comércio marítimo chinês. Tendo em vista a elevada dependência em relação a esses pontos focais, que mesmo em tempo de paz estão suscetíveis à restrições políticas e econômicas impostas por seus controladores, a China vem buscando alternativas para reduzir essa dependência, sendo as rotas marítimas polares uma das opções exploradas (BRADY, 2017).



O Oceano Austral, que circunda o continente antártico, oferece rotas marítimas alternativas para ligar a China aos Oceanos Índico e Atlântico, por meio do Cabo da Boa Esperança, Cabo *Horn* e pela Tasmânia, no Sudeste da Austrália. Dessa forma, em caso de conflito militar nas proximidades das LCM normalmente utilizadas pelo comércio marítimo chinês, essas três passagens são consideradas, por analistas navais chineses, importantes rotas marítimas alternativas, pois apesar de apresentarem condições meteorológicas severas, possivelmente não serão afetadas por conflitos (BRADY, 2017). Este fato justifica a preocupação chinesa em contruir bases científicas nos setores do continente antártico voltados para os Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, e assim se fazer presente nas proximidades dessas importantes passagens.

Como mencionado no capítulo anterior, o Oceano Ártico vem apresentando ao longo do tempo uma menor cobertura de gelo em alguns meses do ano, e desta forma, espera-se que as 3 rotas marítimas árticas: a Rota Norte (*Northern Sea Route*), ao longo da costa russa; a Rota Transpolar (*Trans-Polar Route*), que passa nas proximidades do Polo Norte; e a Passagem Noroeste (*Northwest Passage*), que atravessa o Arquipélago Ártico Canandense, sejam cada vez mais viáveis durante o verão do hemisfério norte ao longo das próximas décadas, conforme pode ser observado na figura 5 (U.S. NAVY, 2014).

Nesse contexto, a China divulgou em 26 de janeiro de 2018 o documento intitulado “*China’s Arctic Policy*”, que se destina a expor as posições do governo chinês sobre os assuntos do Ártico e sua disposição em trabalhar com a comunidade internacional para salvaguardar e promover a paz, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável da região. A referida política ressalta que, como resultado do aquecimento global, as rotas marítimas do Ártico provavelmente se tornarão importantes para o comércio internacional, devendo sua gestão ser conduzida de acordo com os tratados, incluindo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e o direito internacional geral, nos quais a liberdade de

navegação é assegurada a todos os países, afirmando ainda que as disputas sobre essas rotas devem ser adequadamente resolvidas de acordo com esses dispositivos legais. Destaca também, que é intenção da China trabalhar com todas as partes interessadas na região para o desenvolvimento das rotas marítimas do Ártico, encorajando as empresas a participarem da construção da infraestrutura necessária para estas rotas e atribuindo grande importância à segurança da navegação, com a realização de diversos estudos e levantamentos hidrográficos, com o objetivo de melhorar as capacidades de navegação, segurança e logística no Ártico (THE STATE COUNCIL, 2018).

As rotas marítimas do Ártico ainda não são economicamente viáveis para as companhias de navegação chinesas, pois estas ainda não possuem navios mercantes adequados, cartas náuticas confiáveis e experiência para a navegação polar, além de outras deficiências relacionadas à segurança. Desta forma, o interesse chinês nas rotas árticas reflete, na verdade, prioridades essencialmente geopolíticas e geoestratégicas, sendo menos importantes, nesse momento, os interesses comerciais. Faz parte de uma política inteligente de posicionar o país como tendo interesses legítimos na região, e assim, assegurar um assento à mesa nas negociações futuras sobre o Ártico (BRADY, 2017).

Os interesses da China no transporte marítimo mundial, conforme apresentado nos parágrafos anteriores, é uma das justificativas oficiais para a atual estratégia chinesa de projeção global de seu poder marítimo e expansão das capacidades da Marinha do Exército de Libertação Popular (MELP). Com o desenvolvimento econômico e tecnológico alcançado nas últimas décadas, a China procura ser capaz de proteger não somente suas fronteiras marítimas, mas também desenvolver uma Marinha de “águas azuis”, capaz de patrulhar o alto mar, e assim, proteger suas LCM, conforme podemos constatar na Estratégia Militar Chinesa, divulgada em 25 de maio de 2015:

Em consonância com a exigência estratégica de defesa das águas costeiras e proteção no mar aberto, a Marinha do ELP (MELP) mudará gradualmente seu foco de “defesa das águas costeiras” para a combinação de “defesa de águas costeiras” com “proteção no mar aberto” e construir uma estrutura combinada, multifuncional e eficiente para a força de combate marítimo. A MELP aumentará suas capacidades de dissuasão estratégica e contra-ataque, manobras marítimas, operações conjuntas no mar e de defesa e apoio abrangentes. (THE STATE COUNCIL, 2015, p. 6, tradução nossa).<sup>15</sup>

Nesse sentido, conforme o transporte marítimo, as expedições científicas e a exploração de recursos nas regiões polares, se tornam cada vez mais importantes para a China, a MELP também se torna um importante ator na evolução da Política Polar Chinesa, trabalhando em estreita parceria com a *State Oceanic Administration* (SOA), agência governamental que coordena o Programa Polar Chinês. A MELP e a SOA revezam alguns de seus dirigentes em suas posições de liderança, para que a expertise em assuntos polares possa ser compartilhada entre as duas instituições. Dessa forma, os navios científicos da SOA, como o *Xue Long*, servem também aos interesses estratégico-militares da MELP, pois atraem menos controvérsias políticas quando operando nas regiões polares do que um navio de guerra atrairia. Outro fato a ser ressaltado, seria a possível passagem do comando dos navios e bases científicas polares chinesas para a MELP, em caso de conflito. No presente, a experiência polar das forças militares chinesas ainda é pequena, porém, seu crescente envolvimento no suporte logístico para as expedições científicas antárticas e para a navegação no ártico podem fortalecer suas capacidades operacionais polares, além de contribuir para a expansão da pesquisa científica do país nessas regiões (BRADY, 2017).

No que diz respeito ao fortalecimento de sua defesa, o Ártico é para a China, do ponto de vista nuclear, o flanco vulnerável aos mísseis balísticos intercontinentais da Rússia e EUA, que utilizam o Ártico em sua trajetória. Da mesma forma, os mísseis nucleares chineses

---

<sup>15</sup> Original em inglês: “*In line with the strategic requirement of offshore waters defense and open seas protection, the PLA Navy (PLAN) will gradually shift its focus from “offshore waters defense” to the combination of “offshore waters defense” with “open seas protection,” and build a combined, multi-functional and efficient marine combat force structure. The PLAN will enhance its capabilities for strategic deterrence and counterattack, maritime maneuvers, joint operations at sea, comprehensive defense and comprehensive support.*”

baseados em terra utilizam essa região polar como rota para atingir seus potenciais inimigos, tendo sido colocado em operação em 2016, seu modelo mais poderoso, o *Dongfeng-41*, com um alcance operacional de até 14.000 km e uma carga útil de 10 a 12 ogivas nucleares, implantados na província de Heilongjiang, região noroeste do país, na fronteira com a Rússia<sup>16</sup>.

Outro importante aspecto relacionado à defesa do território chinês, é a utilização de seus submarinos nucleares com mísseis balísticos a partir do Oceano Ártico, tornando-se uma grande ameaça para Europa, Rússia e EUA, contribuindo assim como relevante elemento dissuasório. A China possui submarinos deste tipo, da Classe *Jin*, com capacidade de operar no Ártico, baseados em Laoshan, base submarina nuclear mais antiga, sede da Frota do Norte, aproximadamente a 18 km a leste de Qingdao, na província de Shandong<sup>17</sup>.

Para alcançar o Ártico, os submarinos chineses baseados em Qingdao tem que atravessar dois pontos focais importantes. O primeiro são os estreitos ao norte do arquipélago japonês, que recentemente vem sendo utilizados pela MELP para seus trânsitos em direção ao Ártico, por serem considerados estreitos internacionais. O segundo ponto focal é o Estreito de *Bering*, que possui uma área militar do lado russo e uma estação radar na Península *Seward* do lado estadunidense. Uma vez alcançando o Ártico, para chegar ao Atlântico os submarinos chineses tem que atravessar mais dois pontos focais: os arquipélagos russos de *Severnaya Zemlya* e Nova Sibéria, na Rota Norte e o arquipélago canadense de *Quenn Elizabeth*, na Passagem Noroeste. Com a abertura das referidas rotas marítimas árticas no verão, além das vantagens econômicas para o comércio marítimo, surgirão novas considerações militares para a MELP, pois as áreas hoje consideradas como mar territorial russo e canadense poderiam se tornar estreitos internacionais, onde não se exigiriam mais os atuais requisitos de segurança da

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2067267/china-tested-new-missile-capable-carrying-multiple>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://fas.org/blogs/security/2014/04/chinassbnfleet/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

navegação, pelo fato de estarem livres de gelo, e assim se aplicariam as mesmas regras do alto mar para o trânsito de submarinos, que não necessitariam trafegar na superfície (BRADY, 2017).

De acordo com o apresentado nesta seção, pode-se constatar que as ações chinesas relacionadas à segurança, no período considerado no trabalho, tanto no Ártico quanto na Antártica, tem o objetivo de fortalecer dois elementos constitutivos do Poder Nacional: a Geografia, com o interesse no desenvolvimento das rotas marítimas nas regiões polares, principalmente no Ártico, garantindo assim a liberdade de seu transporte marítimo e diminuindo sua dependência em relação às LCM atualmente utilizadas, altamente congestionadas e suscetíveis a interferências de outros Estados; e o Grau de Preparação Militar, com a busca pela projeção global de seu poder marítimo e transformação de seu poder naval em uma Marinha de “águas azuis”, capaz de operar em todos os mares, inclusive nas regiões polares, para prover a segurança não só de seu transporte marítimo, mas também do território chinês, contribuindo para sua estratégia de dissuasão nuclear.

Na próxima seção serão apresentados os interesses estratégicos chineses na exploração dos recursos naturais das regiões polares e as ações empreendidas nesse sentido entre 1983 e 2018.

### **3.3 Interesses em recursos naturais nas regiões polares**

Os interesses chineses na exploração de recursos naturais nas regiões polares, e suas ações entre 1983 e 2018, serão tratados nesta seção com enfoque justamente neste elemento constitutivo do Poder Nacional, analisando-se sua participação no aumento da importância geopolítica do Ártico e da Antártica para a China.

De acordo com o *World Energy Outlook 2017*, documento publicado pela Agência Internacional de Energia que analisa o sistema energético global e dá perspectivas

para as próximas décadas, a China está entrando em uma nova fase de seu desenvolvimento, com a transição para um modelo econômico baseado em serviços, o que está levando o setor energético a uma nova direção, com ênfase em uma política baseada em eletricidade, gás natural e tecnologias mais limpas e de alta eficiência. Porém, a China ainda contribui com um quarto do aumento na demanda global de gás, e suas projeções de importação em 2040 perdem apenas para as da União Europeia. O país irá superar os Estados Unidos da América como o maior consumidor de petróleo por volta de 2030 e suas importações líquidas chegarão a 13 milhões de barris por dia em 2040. A China continua tendo uma presença importante nos mercados de carvão, mas as projeções sugerem que o uso de carvão atingiu o pico em 2013 e deverá cair quase 15% no período até 2040 (IEA, 2017).

Nesse contexto, percebe-se que a demanda energética chinesa continuará crescendo nas próximas décadas, e assim, o país entende que esta demanda poderá ser suprida pelos recursos naturais polares. Apesar do grande interesse em acessar esses recursos, a atual política do governo é minimizar ou negar esse anseio nas discussões internacionais. Porém, em contraste com essa posição de relutância em admitir tal interesse aos estrangeiros, observa-se como característica marcante das informações em língua chinesa sobre o Ártico e a Antártica, a grande importância dada aos recursos naturais existentes nessas regiões (BRADY, 2017).

Após a adesão do país ao Tratado da Antártica em 1983, iniciou-se um grande interesse em pesquisa na região, fazendo com que a China fosse promovida ao posto de membro consultivo em 1985. Desde então, as Expedições de Pesquisa Antártica Chinesa (em inglês CHINARE, *Chinese National Antarctic Research Expedition*) foram centradas nas estações *Great Wall* e *Zhongshan*, conduzindo pesquisas geológicas nos perfis vulcânicos e sedimentares das Ilhas Shetland do Sul e em sua paleontologia meso-cenozóica (OSU, 2018).

A China esteve presente durante as discussões que levaram ao Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção Ambiental ou Protocolo de Madri de 1991, embora a sua posição sobre alguns anexos específicos do documento não seja clara. Apesar da proibição da exploração mineral na Antártica ser expressa no Protocolo, as pesquisas geológicas chinesas na região continuaram a ser desenvolvidas após sua assinatura, destacando-se a produção, em 1999, de uma coleção de mapas geológicos do Oceano Austral e da Península Fildes, na Ilha Rei George (OSU, 2018).

Reafirmando a importância dada pelo governo chinês aos recursos polares, foi lançado em 2012, um grande programa para avaliar esses recursos e sua governança, o “*Chinese Polar Environment Comprehensive Investigation & Assessment Program*”. Um dos resultados do programa foi publicado pelo “*The Chinese Journal of Polar Research*”, em março de 2014, apresentando dados coletados em levantamentos geológicos marinhos do Ártico e Antártica. Os métodos de pesquisa utilizados foram diversos, com múltiplas áreas envolvidas, como sedimentologia, mineralogia, geoquímica de isótopos, geoquímica orgânica e inorgânica, paleomagnetismo e micropaleontologia (CHINARE, 2014).

Apesar de alguns resultados dos projetos de pesquisa chineses na Antártica se tornarem públicos, sua grande maioria são publicados apenas em relatórios governamentais classificados, mesmo sendo um requisito do Tratado da Antártica a livre disponibilização de todas as informações científicas obtidas. Desta forma, a comunidade científica mundial não pode afirmar exatamente o que os pesquisadores chineses sabem sobre os recursos naturais na região, acreditando que a China esteja no estágio 2 em nível de pesquisa mineral na Antártica, estágio este que significa que o país está adquirindo relevante conhecimento sobre os campos de petróleo e gás natural, antes de iniciar sua exploração (BRADY, 2017).

No que diz respeito ao Ártico, a China tem se mobilizado para efetuar parcerias com países da região, em busca de participação na pesquisa e possível exploração dos

recursos naturais existentes, que segundo levantamento geológico divulgado em 2008 pelos EUA, poderia armazenar até 13% do petróleo e 30% do gás natural ainda não descobertos no mundo. Dessa forma, os chineses tem procurado aprender com as experiências de grandes companhias petrolíferas globais que estão atuando no Ártico, como a *British Petroleum*, por exemplo<sup>18</sup>.

Tal fato pode ser comprovado por várias ações de empresas chinesas do setor nos últimos anos. Em junho de 2013, a *China National Offshore Oil Company* (CNOOC), foi a primeira companhia petrolífera chinesa a ganhar um ponto de apoio na região do Ártico, por meio de uma parceria com a *Eykon Energy*, sediada na Islândia, concorrendo assim a uma futura licença de exploração e permitindo à CNOOC ganhar experiência polar na pesquisa e exploração de hidrocarbonetos. Além da CNOOC, a *Sinopec*, segunda maior companhia petrolífera chinesa e maior refinadora da Ásia, desde 2013 vem mantendo conversações com a Islândia sobre a exploração de petróleo na costa nordeste do país nórdico<sup>19</sup>.

Também em 2013, a *China National Petroleum Company* (CNPC) fez uma parceria com a Rússia para desenvolvimento de atividades em três áreas petrolíferas nos mares árticos, e em 2014, a CNPC comprou 20% de um projeto russo de gás natural na Península de *Yamal*, no Oceano Ártico. Devido à crescente autossuficiência dos EUA em hidrocarbonetos, com o aumento da produção de *shale oil* e *shale gas*<sup>20</sup> em território estadunidense, a China se tornou o principal mercado para o petróleo e gás natural das regiões árticas e sub-árticas russas, e assim, a Rússia tem necessitado cada vez mais do investimento chinês para desenvolvimento do setor na região, tendo em vista os altos valores e elevados riscos ambientais envolvidos (BRADY, 2017).

---

<sup>18</sup> Disponível em: <[http://test.china-online.com.cn/idigest/en/2014-04/14/content\\_6817180.htm](http://test.china-online.com.cn/idigest/en/2014-04/14/content_6817180.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

<sup>19</sup> Disponível em: <[http://www.china.org.cn/business/2013-06/18/content\\_29148596.htm](http://www.china.org.cn/business/2013-06/18/content_29148596.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

<sup>20</sup> Óleo e gás produzidos a partir da rocha de xisto betuminoso.



Dado o exposto na presente seção, pode-se constatar que os Recursos Naturais, como elemento constitutivo do Poder Nacional, são uma grande preocupação chinesa, e suas ações nas regiões polares desde 1983, evidenciam que os recursos existentes nessas regiões são considerados como parte da solução para a manutenção da segurança energética do país a médio e longo prazos e o acesso a tais recursos é essencial para o fomento de seu continuado crescimento econômico.

Na próxima seção serão apresentados os interesses estratégicos chineses no desenvolvimento de ciência e tecnologia nas regiões polares e as ações empreendidas nesse sentido entre 1983 e 2018.

### **3.4 Interesses científico-tecnológicos nas regiões polares**

Os interesses chineses no desenvolvimento de ciência e tecnologia nas regiões polares encontram-se relacionados com sua preocupação no fortalecimento dos três elementos constitutivos do Poder Nacional, escolhidos para análise nesse estudo: a Geografia, os Recursos Naturais e o Grau de Preparação Militar.

No que diz respeito ao elemento Geografia, destacam-se as pesquisas científicas chinesas no Ártico sobre mudanças climáticas e seus impactos sobre o derretimento do gelo marinho no Oceano Ártico, com a consequente abertura de novas rotas marítimas na região, assunto já abordado na seção 3.2. Referente ao elemento Recursos Naturais, foi apresentada, na seção anterior, a preocupação chinesa em efetuar pesquisas nas regiões polares para possibilitar uma futura exploração desses recursos. Dessa forma, nesta seção serão tratadas apenas as ações relacionadas ao desenvolvimento científico-tecnológico chinês nas regiões polares que visam o fortalecimento do elemento Grau de Preparação Militar.

Desde a década de 1980, com a adesão da China ao Tratado da Antártica em 1983, até os vinte anos seguintes, a ciência polar chinesa e sua expertise em pesquisa nas

regiões polares foram bastante incrementados, porém, raramente apresentaram inovações importantes. Apenas a partir de 2003, a China procurou elevar o nível de qualidade de seus projetos de pesquisa científica polares, elegendo temas estratégicos como objeto de estudo, entre eles, as mudanças climáticas, num primeiro momento. A partir de 2012, com o “*Chinese Polar Environment Comprehensive Investigation & Assessment Program*” (já mencionado na seção anterior), foram priorizados outros temas importantes para os objetivos estratégicos nacionais, como recursos polares e sua governança e as necessidades geoestratégicas relacionadas ao transporte marítimo, rotas aéreas, posicionamento e controle de mísseis e outras áreas relacionadas a assuntos militares (BRADY, 2017).

Além dos projetos científicos da SOA no Ártico e na Antártica, a China possui outros programas nacionais de defesa e segurança relacionados às regiões polares, destacando-se o Programa Espacial Chinês, que tem como importante componente o Sistema *BeiDou*.

O Sistema de Navegação por Satélite *BeiDou*<sup>21</sup>, é um dos quatro sistemas de navegação deste tipo existentes atualmente, ao lado do *GPS* (estadunidense), *GLONASS* (russo) e *GALILEO* (europeu). O Programa *BeiDou* foi concebido em 1983, como uma proposta de desenvolver um sistema de navegação regional utilizando dois satélites geoestacionários. O conceito foi aprovado em 1989, em um teste que utilizou dois satélites de comunicação em órbita. Este teste mostrou que a precisão do sistema seria comparável ao do *GPS*, e então em 1993, o programa foi oficialmente iniciado. De 1994 a 2002, o sistema entrou na fase de experimentação, pesquisa e construção. A primeira geração do sistema, chamada de *BeiDou-1*, entrou em operação em dezembro de 2003, com cobertura apenas na China e em seus vizinhos mais próximos. Até o final de 2012, foram colocados em órbita mais 16 satélites, completando a segunda geração do sistema, o *BeiDou-2*, capaz de fornecer

---

<sup>21</sup> O nome *BeiDou* se refere à constelação da Ursa Maior. Também é conhecido internacionalmente como Sistema *Compass*.

serviços para a região da Ásia-Pacífico, cobrindo uma área delimitada a oeste pelo Golfo Pérsico e Estreito de *Ormuz*, a leste pela ilha de *Midway*, ao norte pela cidade de Tynda, na Rússia e ao sul pelos mares do sul da Austrália e Nova Zelândia (FIG 6). A terceira geração do sistema, o *BeiDou-3*, que contará com uma rede de 35 satélites com cobertura global, está prevista para entrar em operação no final de 2020 (CNAGA, 2016).

O *BeiDou* é um sistema de navegação por satélite com construção e operação independente, que visa a segurança nacional e o desenvolvimento econômico e social, proporcionando navegação e posicionamento de alta precisão aos utilizadores globais. Tem sido amplamente utilizado no setor de transportes, pesca marítima, previsão do tempo, prevenção de incêndios florestais, sistemas de comunicação, prevenção de desastres, busca e salvamento e outras emergências (BEIDOU, 2018).

Apesar de não ser mencionado, conforme pode ser observado na descrição do sistema nas páginas governamentais chinesas na internet apresentadas acima, ele possui tecnologia dual de utilização, oferecendo importantes funcionalidades para o público civil, porém sendo de importância vital para a China em vários aspectos militares, como posicionamento e controle de mísseis e desenvolvimento das capacidades de Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C<sup>4</sup>ISR, em inglês) das forças armadas chinesas<sup>22</sup>.

Nesse sentido, as regiões polares são muito importantes para que o sistema alcance uma cobertura global. A China aproveita o fato de não haver soberania dos países sobre a Antártica, para o estabelecimento de estações terrestres de recepção em suas bases antárticas, estações estas necessárias para recepção dos sinais de satélites de órbita polar que oferecem cobertura global ao sistema, estabelecimento este que poderia não ser aceito no território de países soberanos em outras áreas do planeta. A primeira estação terrestre de

---

<sup>22</sup> Disponível em: < <http://news.sohu.com/20150321/n410099067.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

recepção polar da China foi instalada na Estação Antártica *Great Wall* em 1993 e o primeiro satélite da constelação *BeiDou* com capacidade de recepção em regiões polares foi lançado em 2007. Outras estações de recepção foram instaladas nas Estações Antárticas *Zhongshan* em 2010 e *Kunlun* em 2013. Tanto em tempo de paz como em situação de conflito, estas estações são cruciais para detectar o lançamento de mísseis e a presença de satélites inimigos. A China continua utilizando o sistema *GPS* atualmente, mas será capaz de mudar rapidamente para o sistema *BeiDou*, em caso de conflitos armados (BRADY, 2017).

Outras áreas de pesquisa científica desenvolvidas nas regiões polares possuem grande relevância para os interesses militares chineses, entre elas a física de alta atmosfera<sup>23</sup>.

Nas regiões polares, as linhas do campo magnético terrestre são alinhadas quase que perpendicularmente ao plano da Terra. Partículas energéticas provenientes dos fenômenos solares podem penetrar na magnetosfera e atmosfera média ao longo dessas linhas e chegar a altitudes relativamente baixas. Dessa forma, a alta atmosfera nas regiões polares funciona como a janela da Terra para o espaço exterior, e alguns fenômenos como auroras, absorção de energia pelas calotas polares e a absorção de auroras, ocorrem exclusivamente nessas regiões. Assim, observações chinesas da alta atmosfera nas regiões polares são realizadas desde as primeiras expedições antárticas em 1983, iniciando-se na estação *Great Wall* e depois na estação *Zhongshan* e em 2004, com a implantação da estação *Yellow River*, essas observações foram iniciadas no Ártico. As localizações geográficas das estações polares chinesas oferecem vantagens únicas e as tornam ideais para empreender observações e pesquisas da alta atmosfera polar. O foco dessas pesquisas está em promover o entendimento sobre as partículas provenientes de explosões solares, que são canalizadas aos polos ao longo das linhas do campo magnético da Terra, avaliando o risco desses eventos solares perturbarem as comunicações globais e os sistemas de navegação e de energia. (HE *et al*, 2016).

---

<sup>23</sup> Alta atmosfera é a região mais externa da atmosfera terrestre, que inclui a magnetosfera, camada fortemente afetada pelos fenômenos solares.

A China possui importantes programas de pesquisa relacionados à física de alta atmosfera, nas áreas de geomagnetismo, ionosfera e auroras polares. A pesquisa do geomagnetismo polar é de grande interesse em assuntos militares, pois ajudam a determinar as características do campo magnético terrestre, de forma a detectar quais anomalias nesse campo podem ser causadas por objetos metálicos de tamanho significativo, como um submarino submerso, por exemplo. Também estão sendo priorizados programas de pesquisa sobre as auroras polares e suas interferências nos sinais de radares e comunicações militares, além do estudo dos fenômenos da ionosfera, que é uma importante camada da atmosfera para a propagação dos sinais rádio e de navegação satelital (BRADY, 2017).

Tendo em vista os assuntos analisados nesta seção, pode ser observado que os interesses chineses em desenvolver pesquisa científica nas regiões polares, vão além de sua ambição em se fazer presente nos assuntos relacionados à governança dessas regiões no futuro, posição esta que pode ser garantida com o engajamento em pesquisas polares de qualidade. Conforme pode ser constatado, importantes projetos científicos chineses são desenvolvidos na Antártica e no Ártico com objetivos militares, pois essas regiões apresentam características peculiares e ideais para estudos de relevantes fenômenos que afetam diversas áreas de interesse militar, como o C<sup>4</sup>ISR e o posicionamento e controle de mísseis, além da defesa contra mísseis inimigos. Dessa forma, por meio do desenvolvimento de uma ciência polar de alto nível, a China procura fortalecer seu Grau de Preparação Militar, focando no aspecto tecnológico desse elemento constitutivo do Poder Nacional.

## 4 A POLÍTICA POLAR NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Os interesses chineses nas regiões polares não estão relacionados apenas a uma estratégia específica para tais regiões. Na verdade, fazem parte de uma grande estratégia, que orienta a visão do país sobre a ordem mundial e seu importante papel como ator global, bem como compõem uma política que identifica as necessidades de segurança nacional relacionadas às regiões polares e os meios para alcançá-las (BRADY, 2017).

Sob esse ponto de vista, será apresentado neste capítulo como a Política Polar se insere no contexto da Política Externa da China, ressaltando seu papel de componente de uma política mais ampla, que visa demonstrar ao mundo o alcance global do poderio chinês, e assim, obter o reconhecimento internacional de sua posição de grande potência mundial.

Para atingir tal propósito, na primeira seção será apresentada uma breve evolução histórica da Política Externa da China a partir do final da década de 1980 e na segunda e terceira seções serão apresentadas, respectivamente, as conexões entre a Política do país para as regiões polares e sua Estratégia Marítima e a relação entre tal política e a denominada “Iniciativa do Cinturão e Rota”<sup>24</sup> (“*Belt and Road Initiative - BRI*”, em inglês).

### 4.1 Evolução histórica da Política Externa Chinesa a partir do final da década de 1980

Em 1989, o regime comunista chinês havia sido fortemente abalado pelos eventos ocorridos na Praça da Paz Celestial<sup>25</sup>, e o mundo passava por profundas transformações. Nesse contexto, Deng Xiaoping<sup>26</sup> (1904-1997) acreditava que as potências ocidentais

---

<sup>24</sup> Termo que designa a estratégia de desenvolvimento proposta pelo governo chinês a partir de 2013, que se concentra na conectividade e cooperação entre os países da Eurásia e a China, em termos políticos e econômicos e que será apresentada na terceira seção do presente capítulo.

<sup>25</sup> Também conhecido como Protestos da Praça *Tiananmen*, foi uma série de protestos promovidos por estudantes em Pequim para demonstrar sua frustração com a corrupção, inflação, controle da imprensa e as condições nas universidades (KISSINGER, 2011).

<sup>26</sup> Secretário-Geral do PCC e líder político da China entre 1978 e 1990, período em que implantou o “socialismo de mercado” na China, sistema econômico vigente até os dias atuais.

desejavam promover uma “evolução pacífica” dos países socialistas, transformando-os em capitalistas. Deng enfrentou calmamente esse período de mudanças súbitas e desconcertantes, que ameaçou a legitimidade e sobrevivência do socialismo chinês e do PCC, projetando para o mundo uma postura autoconfiante enquanto mantinha o baixo perfil de sua política externa, resumida em sua “Estratégia de 24 caracteres”: “observe calmamente; assegure nossa posição; enfrente os assuntos com calma; esconda nossas capacidades e espere nosso tempo; seja bom em manter um perfil discreto; e não reivindique liderança, faça o que podemos fazer”, estratégia que evitou compromissos internacionais dispendiosos e permitiu uma maior ênfase na aceleração do desenvolvimento econômico chinês (KEITH, 2017).

Em 1999, após o anexo da embaixada chinesa em Belgrado ter sido atingido por bombas lançadas pelas forças estadunidenses durante a Guerra do Kosovo (1998-1999), a Política Externa Chinesa mudou sua postura relativamente passiva adotada pós-1989 para uma posição “defensiva ativa”, que significava ser mais presente em assuntos econômicos e políticos, como forma de combater os fortes ataques que sofria dos países ocidentais nessas duas frentes (BRADY, 2017).

No início dos anos 2000, Hu Jintao<sup>27</sup> chega ao poder com uma perspectiva, sem precedentes, de administrar o desenvolvimento da China e definir seu papel mundial. Ele fazia parte da primeira geração de líderes chineses sem experiência pessoal na Revolução de 1949, sendo o primeiro governante no período comunista a assumir o poder mediante processos constitucionais, em um momento de crescimento doméstico sustentado e na esteira da entrada chinesa na ordem econômica internacional, assumindo o leme de um país que inegavelmente alcançava a condição de potência mundial, com interesses nos quatro cantos do globo. A China estava agora em posição de conduzir sua política externa não baseada em um

---

<sup>27</sup> Secretário-Geral do PCC a partir de novembro de 2002 e Presidente da República Popular da China entre 2003 e 2013.

potencial de longo prazo ou de seu eventual papel estratégico no futuro, mas em termos de poder presente de fato (KISSINGER, 2011).

A China durante o governo de Hu aspirava antes de mais nada uma “sociedade harmoniosa” e um “mundo harmonioso”. Sua política externa evitava ações dramáticas, e seus principais decisores reagiam de maneira prudente e reservada aos apelos vindos de fora para que a China desempenhasse um papel de liderança internacional mais visível. A política externa chinesa objetivava primordialmente um ambiente internacional pacífico (o que incluía boas relações com os EUA) e acesso a matérias-primas para assegurar um crescimento econômico contínuo. E o país continuava a ter um interesse especial no mundo em desenvolvimento, mesmo enquanto ascendia ao status de superpotência econômica (KISSINGER, 2011).

Após a crise financeira de 2008, a China ajustou sua política externa para uma postura mais assertiva no aspecto “faça o que podemos fazer” da Estratégia de Deng, com um cuidado adicional com o aspecto “não reivindique a liderança”, preocupando-se apenas em proteger seus direitos. Dessa forma, ainda se mantinha relutante em ser vista como um país que estaria assumindo um papel de liderança global, preferindo adotar uma posição de parceiro para os outros países (BRADY, 2017).

A partir de 2013, sob a administração de Xi Jinping, essa assertividade da Política Externa Chinesa foi alçada a um nível mais elevado. A Estratégia de Deng, e suas máximas, foram substituídas por uma nova fraseologia, onde a China deveria ser mais “proativa” em relação aos assuntos internacionais, termo que passou a ser amplamente utilizado pela mídia estatal chinesa. Desde que assumiu o governo, Xi tem empreendido uma abertura da China para o mundo, afirmando seu comprometimento em apoiar os países em desenvolvimento, oferecendo níveis sem precedentes de oportunidades de investimento, comércio, bolsas escolares e apoiando os interesses desses países no sistema internacional. Assim como Mao



Tsé-Tung fez na década de 1950, Xi está adotando uma estratégia de relações internacionais baseada em “unir-se à maioria, enquanto ataca uma minoria” (BRADY, 2017).

Em seu relatório para o 19º Congresso Nacional do PCC<sup>28</sup>, realizado a partir de 18 de outubro de 2017, Xi declarou que foram feitos esforços nos últimos cinco anos em busca de uma diplomacia com características chinesas, avançando em sua agenda diplomática de forma abrangente, multinível, multifacetada e criando um ambiente externo favorável para o desenvolvimento chinês. Destacou algumas iniciativas importantes no campo externo, como a BRI, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e a criação do “*Silk Road Fund*”<sup>29</sup>. Ressaltou o fato da China ter sediado importantes reuniões de cúpula, entre elas o Primeiro Fórum da BRI para Cooperação Internacional, a 22ª Reunião de Líderes Econômicos da APEC<sup>30</sup>, a Cúpula do G20 em 2016, a 9ª Cúpula dos BRICS e a 4ª Cúpula da Conferência sobre Medidas de Interação e Fortalecimento da Confiança na Ásia. Afirmou ainda que a China defende o desenvolvimento de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade e apoia a evolução do sistema de governança global.

Atualmente, a China está bem perto de cumprir todos os requisitos que definem uma grande potência mundial: possuir poder político, econômico e militar com alcance global. Mas, de acordo com muitos observadores, ela ainda não age como uma grande potência em termos de sua contribuição para a liderança internacional durante situações de crise, como a intervenção russa na Ucrânia ou a guerra civil na Síria, por exemplo. Em vez disso, o governo chinês tem sido assertivo somente quando se trata de defender seus próprios interesses. A tendência da política externa chinesa até 2021 e continuando até 2049, é de

---

<sup>28</sup> Disponível em: <[http://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-11/04/content\\_34115212.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-11/04/content_34115212.htm)>. Acesso em: 06 jul. 2018.

<sup>29</sup> Fundo criado em Pequim, em 2014, com o propósito de investimento e financiamento para cooperação comercial e econômica e conectividade no âmbito da “*Belt and Road Initiative*”. Disponível em: <<http://www.silkroadfund.com.cn/enwap/27363/index.html>> Acesso em: 06 jul. 2018.

<sup>30</sup> “*Asia-Pacific Economic Cooperation*”, sigla em inglês da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico, fórum econômico regional estabelecido em 1989, que reúne 21 países-membros e visa promover o livre comércio e a cooperação econômica em toda a região da Ásia-Pacífico. Disponível em: <<https://www.apec.org/About-Us/About-APEC>> Acesso em: 10 jul. 2018.

variar desde uma postura mais proativa até uma postura mais ambígua e não-confrontacional. Quando as mudanças no cenário internacional não a afetar, a China procurará tirar o melhor proveito da ordem atual e silenciosamente perseguirá seus próprios interesses, mas se for possível criar novos arranjos de governança que lhe favoreçam ou se seus interesses forem afetados, o governo chinês atuará de maneira assertiva (BRADY, 2017).

Analisando-se a evolução histórica apresentada acima, pode ser observada a gradativa transformação da Política Externa Chinesa a partir do final da década de 1980, partindo-se de uma postura de baixo perfil, colocada em prática por Deng Xiaoping, e que foi se tornando cada vez mais assertiva conforme o desenvolvimento econômico nacional se processava. A relutância em admitir a posição de liderança do país no cenário internacional, observada no início dos anos 2000, foi abandonada por Xi Jinping, pois este percebeu ser inevitável que a China assumisse seu papel de grande potência global, tendo em vista o poderio econômico alcançado pelo país no presente século.

Como demonstração dessa assertividade assumida pela Política Externa Chinesa e seu desejo de reconhecimento internacional como grande potência mundial, destaca-se a estratégia marítima desenvolvida pelo país a partir da década de 1980. Nesse contexto, será apresentada na próxima seção a estreita relação existente entre essa estratégia marítima e a Política Polar Chinesa.

#### **4.2 A Política Polar e a Estratégia Marítima Chinesa**

Até o início da década de 1980, a China era historicamente uma potência continental e não marítima, onde a marinha ocupava um papel secundário puramente associado à defesa do litoral, pois se tinha a visão de que o mar era apenas uma potencial rota de invasão para agressores estrangeiros e não um meio para atingir os objetivos nacionais. No entanto, as mudanças geopolíticas e econômicas, ocorridas nas últimas décadas do século XX,

e a resolução de quase todos os litígios fronteiriços com os seus vizinhos, foram os principais propulsores para o movimento chinês em direção ao mar, liberando recursos que anteriormente eram utilizados para proteger suas fronteiras terrestres (HOLMES; YOSHIHARA, 2009).

A expansão do poder naval chinês e sua modernização foram estimuladas durante a década de 1980 pela concentração da economia e das instalações militares da China nas regiões litorâneas. Além disso, os recursos necessários para a modernização da MELP tornaram-se disponíveis, como resultado do acelerado desenvolvimento econômico que se iniciava na China. A chegada do Almirante Liu Huaqing (1916-2011) ao cargo de Comandante da MELP, o qual exerceu durante o período de 1982 a 1987, trouxe uma mudança na Estratégia Marítima Chinesa, passando de uma Marinha de Defesa do Litoral para uma Marinha de Defesa Costeira ou de “*Offshore Defense*”, que deveria conduzir ações navais independentes e mais afastadas do litoral. O Almirante Liu passou a ser conhecido como pai da Moderna Marinha Chinesa e como o “Mahan da China”, por ter sido influenciado pelos pensamentos do Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (COLE, 2018).

O Almirante Liu queria que a MELP desenvolvesse suas capacidades para realizar Defesa Costeira até o ano 2000, porém, muito pouco havia evoluído desde meados dos anos 1980. A percepção do domínio das ameaças terrestres e a falta de financiamento e tecnologias, em grande parte, neutralizaram o papel da nova estratégia pretendida por Liu em catalisar uma grande mudança nas capacidades da MELP (LI, 2011).

Somente com a Estratégia Militar Chinesa de 2004, a MELP começou a desenvolver a sua capacidade de realizar efetivamente operações de Defesa Costeira, conforme idealizado pelo Almirante Liu. Esse era o reconhecimento oficial de que os interesses nacionais da China agora se estendiam além de suas fronteiras marítimas e que as

missões da MELP deveriam basear-se nesses interesses em expansão, não apenas na geografia. Anos mais tarde, a Estratégia Militar Chinesa de 2008 já afirmava que a MELP continuaria a desenvolver sua capacidade de conduzir operações “*offshore*”, enquanto construía gradualmente sua capacidade de conduzir operações em “mares distantes” (McDEVITT, 2016).

Com a emissão da Estratégia Militar Chinesa de 2015, conforme apresentado no capítulo anterior, o governo atribuiu novas responsabilidades a MELP, de forma que desenvolva capacidades para proteger não somente as fronteiras marítimas, mas também ser uma Marinha de “águas azuis”, buscando desenvolver uma Força Naval moderna e compatível com seus interesses de segurança e desenvolvimento, para salvaguardar a sua soberania, seus direitos e interesses marítimos, proteger a segurança das LCM estratégicas e interesses no exterior e participar de cooperação marítima internacional, de modo a proporcionar apoio estratégico para a construção do seu Poder Marítimo e diminuir suas vulnerabilidades externas (THE STATE COUNCIL, 2015).

A estratégia militar apresentada acima, demonstra que a estratégia marítima chinesa, ainda atualmente, continua sendo fortemente influenciada pelas teorias de Alfred Thayer Mahan, procurando seguir seus pressupostos, que consideram ser essencial o desenvolvimento de um Poder Marítimo próprio e um Poder Naval forte. De acordo com Mahan, países que desejam desenvolver seu poder marítimo devem construir grandes marinhas para proteger seu comércio, buscar mercados globais, conquistar acesso privilegiado à recursos e estabelecer colônias (BRADY, 2017).

Conforme apresentado no capítulo anterior, a China possui no âmbito de sua política externa, três principais interesses estratégicos nas regiões polares: segurança, recursos naturais e os interesses científico-tecnológicos.

Analisando-se especificamente os interesses chineses relacionados aos abundantes recursos naturais existentes tanto no Ártico quanto na Antártica, podemos considerar que essas duas regiões são encaradas atualmente pela China como importantes “colônias” a serem estabelecidas, com o intuito de conquistar o acesso aos referidos recursos. Nesse contexto, pode-se perceber que o objetivo da Política Polar Chinesa de se fazer presente nessas regiões, tornando-se uma potência polar, está intimamente relacionado com os objetivos “mahanianos” de sua estratégia marítima.

Da mesma forma, essa relação pode ser feita quando são analisados os interesses relacionados à segurança nas regiões polares, principalmente no que diz respeito à preservação da liberdade de transporte, observando-se a preocupação da Política Polar Chinesa, notadamente no Ártico, em desenvolver as rotas marítimas polares, buscando alternativas para reduzir sua dependência das LCM atualmente utilizadas, e assim, ter melhor acesso aos mercados globais.

Na próxima seção serão apresentadas as conexões entre a política do país para as regiões polares e a denominada “Iniciativa do Cinturão e Rota”, uma das principais iniciativas chinesas no contexto de sua política externa.

### **4.3 A Política Polar e a Iniciativa do Cinturão e Rota**

A Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative* - BRI, em inglês) teve seu nome cunhado em 2013 pelo presidente da China, Xi Jinping. Ele se inspirou no conceito da Rota da Seda, estabelecida durante a Dinastia Han há 2000 anos, que consistia numa rede de rotas onde se efetuavam trocas comerciais e culturais e que ligavam as principais civilizações da Ásia, Europa e África ao Mediterrâneo. Em uma série de visitas a países da Ásia Central e Sudeste Asiático, realizadas em setembro e outubro de 2013, Xi lançou a iniciativa para a construção de um Cinturão Econômico da Rota da Seda e de uma Rota da

Seda Marítima do Século XXI, com o objetivo de promover a cooperação econômica e conectividade, principalmente por meio de investimentos em infraestrutura, entre os países ao longo das rotas propostas. O nome “Iniciativa do Cinturão e Rota” se refere a junção das duas rotas citadas acima (THE STATE COUNCIL, 2015).

A BRI visa promover a conectividade da Ásia, Europa e África e mares adjacentes e estabelecer parcerias entre os países ao longo do Cinturão e da Rota, facilitando o desenvolvimento diversificado, independente, equilibrado e sustentável nesses países. Os projetos de conectividade da BRI ajudarão a alinhar e coordenar o desenvolvimento das estratégias dos países envolvidos, aproveitar o potencial de mercado da região, promover investimentos e consumo, criar demandas e oportunidades e melhorar os intercâmbios culturais e de aprendizagem entre os povos desses países (THE STATE COUNCIL, 2015).

Os cinco maiores objetivos da BRI são: a coordenação de políticas, onde os países devem coordenar suas estratégias e políticas de desenvolvimento; a facilitação da conectividade, com a promoção de melhorias nos planos de construção de infraestrutura, impulsionando conjuntamente o desenvolvimento de uma rede para conectar as sub-regiões da Ásia, e entre a Ásia, a Europa e a África; o livre comércio, reduzindo as barreiras comerciais e ao investimento nos países envolvidos, bem como promover a integração econômica regional; a integração financeira, tomando medidas para melhorar a coordenação da política monetária, aprofundar a cooperação financeira multilateral e bilateral e criar instituições financeiras de desenvolvimento regional; e o estabelecimento de novos laços entre as pessoas, envidando esforços para promover intercâmbios e diálogos entre diferentes culturas, fortalecer as interações amistosas entre os povos de vários países e aumentar a compreensão mútua e as amizades tradicionais (THE STATE COUNCIL, 2015).

A BRI visa conectar a Ásia, a Europa e a África por meio de cinco rotas. O Cinturão Econômico da Rota da Seda concentra-se em: (1) ligar a China à Europa através da Ásia Central e da Rússia; (2) conectar a China com o Oriente Médio através da Ásia Central; e (3) conectar a China ao Sudeste Asiático, ao Sul da Ásia e ao Oceano Índico. A Rota da Seda Marítima do Século XXI se concentra no uso de portos chineses para: (4) ligar a China à Europa através do Mar do Sul da China e do Oceano Índico; e (5) conectar a China com o Oceano Pacífico Sul através do Mar do Sul da China. Centrando-se nas cinco rotas acima, a BRI aproveitará as redes de transporte internacional, bem como as principais cidades e portos, para fortalecer ainda mais a colaboração e construir seis corredores de cooperação econômica internacional: Ponte da Nova Eurásia, China-Mongólia-Rússia, China-Ásia Central-Ásia Ocidental, China-Península da Indochina, China-Paquistão e Bangladesh-China-Índia-Myanmar (FIG 7) (THE STATE COUNCIL, 2015).

Desde que Xi apresentou a BRI em 2013, observadores a consideravam como um projeto apenas para o âmbito da Ásia, Europa e África, que abrangeria mais de 65 países, reuniria 62% da população mundial, 31% de seu PIB e cobriria 40% da superfície terrestre. Porém, analisando-se as ações chinesas relacionadas a BRI nos últimos três anos, percebe-se que ela representa não apenas uma iniciativa de integração da Eurásia e África, e sim uma estratégia de “*smart power*”<sup>31</sup>, que visa envolver o mundo inteiro. A BRI combina elementos de *hard power*, como investimentos econômicos e infraestrutura, com uma estratégia de *soft power*, que tenta promover a cultura chinesa e melhorar a imagem da China, criando assim um rótulo internacional para sua política externa. A BRI tornou-se uma estratégia de “*branding*”<sup>32</sup>, tendo se expandido em todos os campos concebíveis: infraestrutura, finanças,

---

<sup>31</sup> Termo utilizado nas Relações Internacionais, definido por Joseph Nye como “a capacidade de combinar *hard* e *soft power* em uma estratégia vencedora”. Disponível em: < [http://archive.boston.com/news/globe/editorial\\_opinion/oped/articles/2006/08/19/in\\_mideast\\_the\\_goal\\_is\\_smart\\_power/](http://archive.boston.com/news/globe/editorial_opinion/oped/articles/2006/08/19/in_mideast_the_goal_is_smart_power/)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

<sup>32</sup> Termo utilizado em marketing que significa a gestão de uma marca, ou seja, todo o trabalho realizado com o objetivo de tornar uma marca mais conhecida, mais desejada, mais positiva na mente e no coração dos seus consumidores. Disponível em: < <https://marketingdeconteudo.com/branding/>> Acesso em: 11 jul. 2018.

cultura, educação, relações entre pessoas e relações políticas entre os Estados. O governo chinês, os governos provinciais e as empresas chinesas não perdem nenhuma oportunidade de rotular um projeto ou investimento como sendo parte da BRI, transformando-a assim em uma marca global que atua positivamente sobre a imagem internacional da China (BRÎNZĂ, 2018).

Embora o governo chinês tenha repetidamente apresentado a BRI como uma iniciativa para a Ásia, a Europa e a África, em 2017 ela tornou-se verdadeiramente global. Durante a primeira Cúpula da BRI, realizada em maio do referido ano, entre os 29 chefes de Estado que participaram do encontro, estavam presentes o Presidente da Argentina, Mauricio Macri, e a Presidente do Chile, Michelle Bachelet. A presença de presidentes de países da América Latina em um fórum que ostensivamente trata de assuntos relacionados a Eurásia e África, sinaliza o primeiro passo na tentativa da China de estender a BRI para as Américas. (BRÎNZĂ, 2018).

Essa busca por um alcance global da BRI, conforme apresentada acima, pode ser ainda mais evidenciada quando são analisados alguns aspectos da Política Polar Chinesa, principalmente no que se refere ao Ártico.

A Política Chinesa para o Ártico, divulgada em janeiro de 2018, ressalta que as atividades da China na região vão além da mera pesquisa científica, e vem se expandindo em diversas áreas, incluindo as plataformas de governança global e a cooperação regional e bilateral. E nesse contexto cooperativo, a China procura incluir os interesses no Ártico no âmbito da BRI, identificando-a como uma iniciativa que gerará oportunidades para os países envolvidos construir conjuntamente uma “Rota da Seda Polar”, facilitando a conectividade e o desenvolvimento econômico e social sustentável do Ártico, conforme descrito abaixo:

A China apoia o avanço constante da cooperação internacional no Ártico. Tem trabalhado para fortalecer essa cooperação sob a Iniciativa do Cinturão e Rota [...]. Etapas concretas de cooperação incluem a coordenação de estratégias de desenvolvimento com os Estados do Ártico, encorajando esforços conjuntos para construir uma **passagem econômica azul** ligando a China e a Europa através do



Oceano Ártico, melhorando a conectividade digital do Ártico e construindo uma rede de infraestrutura global (THE STATE COUNCIL, 2018, p. 8, tradução nossa, grifo nosso).<sup>33</sup>

Face ao exposto, é possível verificar que a chamada “Rota da Seda Polar”, que tem o objetivo de conectar a China à Europa por meio de rotas marítimas no Oceano Ártico, foi incluída na BRI como um dos elementos necessários para torná-la uma iniciativa global, assim como a tentativa de sua expansão para as Américas.

Dessa forma, pode-se constatar a importância dada pelo governo chinês aos interesses relacionados ao desenvolvimento das rotas marítimas polares, notadamente no Ártico, tendo em vista a inclusão desse objetivo estratégico de sua Política Polar no âmbito da BRI, que pode ser considerada uma de suas principais ações de política externa desenvolvidas atualmente. Esse fato corrobora o importante papel da Política Polar no contexto da Política Externa da China, contribuindo para a obtenção do reconhecimento internacional de sua posição de grande potência mundial.

---

<sup>33</sup> Original em inglês: “China stands for steadily advancing international cooperation on the Arctic. It has worked to strengthen such cooperation under the Belt and Road Initiative [...] Concrete cooperation steps include coordinating development strategies with the Arctic States, encouraging joint efforts to build a blue economic passage linking China and Europe via the Arctic Ocean, enhancing Arctic digital connectivity, and building a global infrastructure network.”

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar as ações chinesas nas regiões polares, entre 1983 e 2018, no contexto de sua Política de Estado para tais regiões, além de apresentar o relevante papel dessa política no âmbito da atual Política Externa da China. A partir da análise das referidas ações, objetivou-se verificar se elas vêm sendo conduzidas de acordo com a Teoria Realista.

Para atingir tal propósito, aplicou-se como fundamentação teórica o Realismo segundo Morgenthau, destacando-se sua definição de Poder Nacional e seus elementos constitutivos, de forma a examinar se as ações empreendidas pela China nas regiões polares no período estabelecido para estudo, buscavam o incremento dos três elementos selecionados para análise: a Geografia, os Recursos Naturais e o Grau de Preparação Militar.

No segundo capítulo, foi apresentada uma síntese da Teoria Realista segundo Morgenthau, na qual expõe que os interesses dos Estados estão configurados em termos de poder e que tais interesses devem estar condicionados pela busca racional de ganhos em sua política externa, visando atingir os objetivos nacionais. Nesse capítulo, ainda foram apresentados aspectos geográficos, ambientais e políticos sobre a Antártica e o Ártico.

No que se refere à Antártica, destacou-se seu enorme valor estratégico, não só pela possível existência de importantes reservas de recursos naturais, que poderão ser explorados no futuro, como também pela sua privilegiada localização geográfica, em relação aos três grandes oceanos do planeta. Também foi apresentado um breve histórico do continente, desde a chegada dos primeiros exploradores no século XIX, passando pela assinatura do Tratado da Antártica no final da década de 1950, até a adesão da China ao referido tratado em 1983. Com relação ao Ártico, primeiramente foi delimitada a região a ser estudada, cujos limites foram os mesmos considerados pelo Conselho do Ártico, fórum intergovernamental criado em 1996, com o objetivo de promover cooperação, coordenação e

interação entre os Estados Árticos. Foram abordadas as mudanças climáticas em curso no planeta, que causam impactos diretos na região, ocasionando a abertura de rotas marítimas no Oceano Ártico e permitindo um maior acesso aos recursos naturais marinhos existentes. Finalmente, foram mencionados os esforços envidados pela China para participar da coordenação política dos assuntos relacionados ao Ártico, que culminaram com sua aceitação como membro observador do Conselho do Ártico em 2013, sendo assim encerrada a apresentação dos conhecimentos necessários para uma melhor contextualização dos assuntos tratados nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo, foram analisadas as ações chinesas relacionadas ao Ártico e à Antártica entre 1983 e 2018, de acordo com sua Política Polar, sendo inicialmente apresentado um breve histórico da presença do país nos dois polos. Em continuação, foram abordados os três principais interesses estratégicos chineses nas regiões polares e analisadas as relações entre as iniciativas chinesas em prol desses interesses e os três elementos constitutivos do Poder Nacional selecionados para este estudo.

Referente aos interesses relacionados à segurança, verificou-se o objetivo chinês em incrementar o elemento Geografia, por meio do desenvolvimento de rotas marítimas polares, que possam garantir a liberdade de seu transporte marítimo, que constitui fator primordial para manter seu desenvolvimento econômico, assim como a busca pela evolução do elemento Grau de Preparação Militar, por meio da capacitação de seu Poder Naval para operar nas regiões polares, e assim, atingir o objetivo de se transformar em uma Marinha de “águas azuis”, visando prover segurança ao seu transporte marítimo e ao território chinês.

No que se refere aos interesses em recursos naturais, observou-se que as ações chinesas, desde 1983, foram direcionadas à intensa investigação científica dos recursos existentes nas regiões polares. A China acredita que sua presença nessas regiões, por meio do desenvolvimento de pesquisa científica de qualidade, pode lhe garantir uma posição

privilegiada nas negociações sobre uma possível exploração desses recursos no futuro, que são considerados importantes para o fomento de seu continuado crescimento econômico, tendo em vista a elevada demanda energética do país, necessitando assim incrementar esse elemento constitutivo do Poder Nacional.

No que diz respeito aos interesses científico-tecnológicos, apesar de as ações empreendidas buscarem o incremento dos três elementos, foram abordadas apenas aquelas relacionadas ao Grau de Preparação Militar. Nesse sentido, observou-se que o desenvolvimento de pesquisa científica nas regiões polares pela China, além de objetivar a presença nos assuntos relacionados à governança dessas regiões no futuro, buscam também o desenvolvimento de importantes projetos de caráter militar, fortalecendo, assim, seu Grau de Preparação Militar, focando no aspecto tecnológico desse elemento do Poder Nacional.

No quarto capítulo, foi apresentado o importante papel da Política Polar no âmbito da atual Política Externa da China, iniciando-se com uma breve evolução histórica dessa política. Para demonstrar a importância citada acima, foram analisadas as relações existentes entre a Política Polar e a Estratégia Marítima Chinesa, onde ficou comprovada a sintonia entre a presença do país nas regiões polares e os objetivos “mahanianos” de sua estratégia marítima, assim como as evidentes conexões entre a Política Polar e a BRI, tendo em vista a inclusão do desenvolvimento da “Rota Seda Polar” no escopo da referida iniciativa.

Face ao exposto, examinando-se as análises realizadas ao longo do trabalho, pode-se afirmar que as ações chinesas entre 1983 e 2018, no contexto de sua Política Polar, foram conduzidas de acordo com a Teoria Realista.

Desse modo, espera-se que este trabalho possa contribuir para um melhor entendimento do papel da Política Polar Chinesa no contexto de sua Política Externa, e sua relevância para o país na obtenção do reconhecimento internacional de sua posição de grande potência mundial.

## REFERÊNCIAS

ARCTIC COUNCIL. Disponível em: <<http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BEIDOU NAVIGATION SATELLITE SYSTEM (BEIDOU). Disponível em: <[http://beidou.gov.cn/xt/xtjs/201710/t20171011\\_280.html](http://beidou.gov.cn/xt/xtjs/201710/t20171011_280.html)>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BRADY, Anne-Marie. China's Antarctic Interests. In: BRADY, Anne-Marie (Ed). *The Emerging Politics of Antarctica*. Nova Iorque: Routledge, 2013. cap. 2, p. 31-49.

\_\_\_\_\_. *China as a Polar Great Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BRÎNZĂ, Andrea. Redefining the Belt and Road Initiative. *The Diplomat*, Washington, mar. 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/03/redefining-the-belt-and-road-initiative/>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

CHINA NATIONAL ADMINISTRATION OF GNSS AND APPLICATIONS (CNAGA). Disponível em: <<http://en.chinabeidou.gov.cn/c/84.html>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

CHINESE NATIONAL ANTARTIC RESEARCH EXPEDITION (CHINARE). Disponível em: <[http://www.chinare.gov.cn/english/gb\\_news.php?id=1592&modid=13001](http://www.chinare.gov.cn/english/gb_news.php?id=1592&modid=13001)>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CHINESE ARTIC AND ANTARTIC ADMINISTRATION (CAA). Disponível em: <<http://www.caa.gov.cn/english>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

COLE, Bernard D. The history of the twenty-first-century Chinese navy. *Naval War College Review*, Newport v. 67, n. 3, p. 43-62, 2018. Disponível em: <<http://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1292&context=nwc-review>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

COUNCIL OF MANAGERS OF NATIONAL ANTARCTIC PROGRAM (COMNAP). Disponível em: <<https://www.comnap.aq/Information/SitePages/Home.aspx>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

COOL ANTARCTICA. Antarctica fact file. Disponível em: <<https://www.coolantarctica.com/Antarctica%20fact%20file/antarctica-fact-file-index.php>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

DAY, David. *Antarctica: a biography*. New York: Oxford University Press, 2013.

HE, Fang *et al.* Recent progress in Chinese polar upper-atmospheric physics research: review of research advances supported by the Chinese Arctic and Antarctic expeditions. *Advances in Polar Sciences*, Xangai, China, v. 27, n. 4, 2016. Disponível em: <<http://www.aps-polar.org/paper/2016/27/04/A170602000001/full>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

HOLMES, James R.; YOSHIHARA, Toshi. *Chinese naval strategy in the 21st century*. Nova Iorque: Routledge, 2009.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). *World Energy Outlook 2017*. Disponível em: <<http://www.iea.org/weo2017/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

KEITH, Ronald C. *Deng Xiaoping and China's Foreign Policy*. Nova Iorque: Routledge, 2017.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Título original: *On China*.

LI, Nan. The evolution of China's naval strategy and capabilities: from “near coast” and “near seas” to “far seas”. In: SAUNDERS, Phillip C. *et al* (Ed.). *The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles*. Washington: National Defense University Press, 2011. cap. 5, p. 109-140. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a561749.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MATTOS, Leonardo Faria de. *O Brasil e a adesão ao tratado da Antártica: uma análise de política externa no governo Geisel*. 2015. 242f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

McDEVITT, Michael. China's far sea's navy: The implications of the “open seas protection” Mission. *A Paper for the “China as a maritime power” Conference*, Arlington, abr. 2016. Disponível em: <[https://www.cna.org/cna\\_files/pdf/China-Far-Seas-Navy.pdf](https://www.cna.org/cna_files/pdf/China-Far-Seas-Navy.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p. Título original: *Politics among nations: the struggle for power and peace*. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/0179\\_politica\\_entre\\_as\\_nacoes.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2018.

NACIONAL SNOW & ICE DATA CENTER (NSIDC). Disponível em: <<https://nsidc.org/cryosphere/arctic-meteorology/arctic.html>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

OHIO STATE UNIVERSITY, East Asian Studies Center (OSU). Disponível em: <<https://easc.osu.edu/sites/easc.osu.edu/files/MappingAncientChineseAntarctica.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do Candidato: Política Internacional*. 2. ed. atualizada. Brasília: FUNAG, 2012. 354 p.

PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO (PROANTAR). Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar#caracteristicas>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SECRETARIAT OF THE ANTARCTIC TREATY (ATS). Disponível em: <[https://www.ats.aq/devAS/ats\\_parties.aspx](https://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx)>. Acesso em: 16 mai. 2018.

THE STATE COUNCIL THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Arctic Policy*. Disponível em: <[http://english.gov.cn/archive/white\\_paper/2018/01/26/content\\_281476026660336.htm](http://english.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm)>. Acesso em 12 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *China's Military Strategy*. Disponível em: <[http://english.gov.cn/archive/white\\_paper/2015/05/27/content\\_281475115610833.htm](http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm)>. Acesso em 15 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Action plan on the Belt and Road Initiative*. Disponível em: <[http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content\\_281475080249035.htm](http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm)>. Acesso em 11 jul. 2018.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Disponível em: <<http://unctad.org/en/pages/newsdetails.aspx?OriginalVersionID=1516>>. Acesso em 13 jun. 2018.

U.S. CONGRESS, Office of Technology Assessment. *Polar Prospects: A Minerals Treaty for Antarctica*. OTA-O-428. Washington: U.S. Government Printing Office, 1989. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/~ota/disk1/1989/8926/8926.PDF>>. Acesso em 15 mai. 2018.

U.S NAVY. *U.S Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030*. Washington: Oceanographer of the Navy, 2014. 43 p. Disponível em: <[http://www.navy.mil/docs/USN\\_arctic\\_roadmap.pdf](http://www.navy.mil/docs/USN_arctic_roadmap.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

## ILUSTRAÇÕES



FIGURA 1 - Mapa com 3 definições de limites do Ártico: Círculo Polar Ártico (linha azul pontilhada), linha isotérmica de 10°C no verão (linha vermelha) e linha de árvores árticas (linha verde).

Fonte: NACIONAL SNOW & ICE DATA CENTER (NSIDC). Disponível em: <<https://nsidc.org/cryosphere/arctic-meteorology/arctic.html>>. Acesso em: 21 mai. 2018.





FIGURA 2 - Mapa com os limites do Ártico de acordo com o Conselho do Ártico (linha violeta).

Fonte: ARCTIC COUNCIL. Disponível em: <<http://www.arctic-council.org/index.php/en/learn-more/maps>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

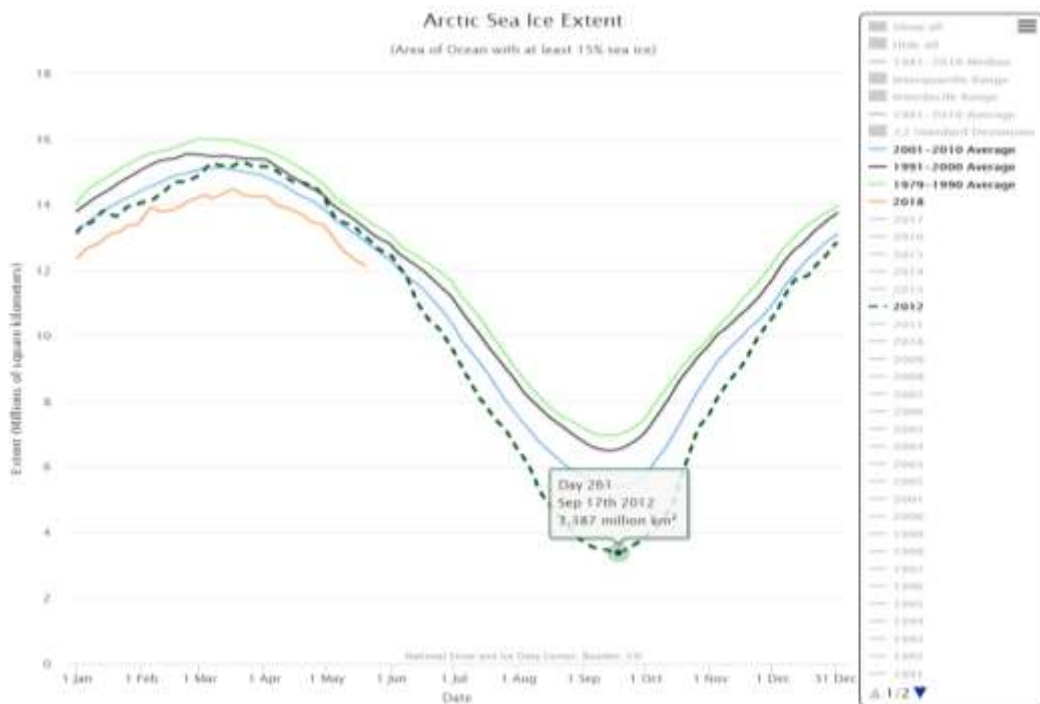


FIGURA 3 - Extensão da área congelada do Oceano Ártico.

Fonte: NACIONAL SNOW & ICE DATA CENTER (NSIDC). Disponível em: <<https://nsidc.org/arcticseaicenews/charctic-interactive-sea-ice-graph/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

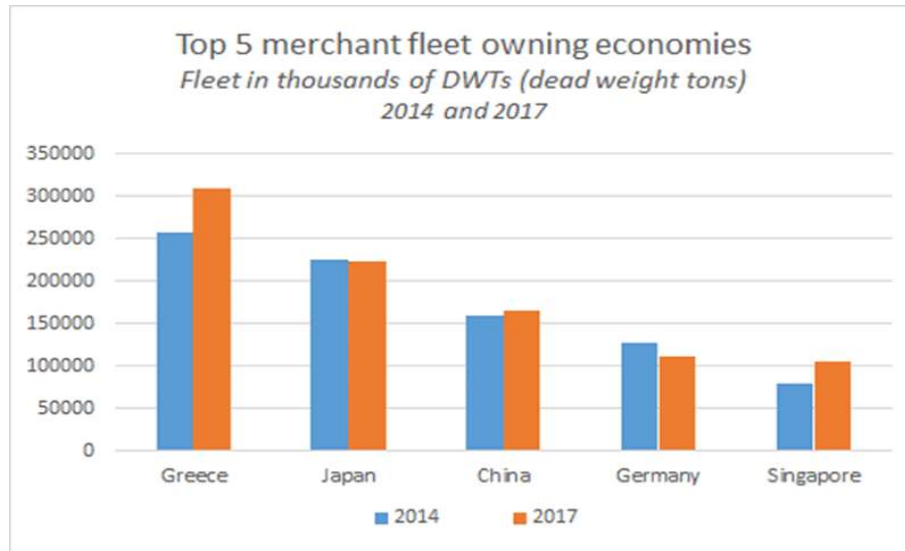


FIGURA 4 - Principais frotas mercantes mundiais por tonelagem bruta.

Fonte: UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Disponível em: <<http://unctad.org/en/pages/newsdetails.aspx?OriginalVersionID=1516> />. Acesso em: 13 jun. 2018.

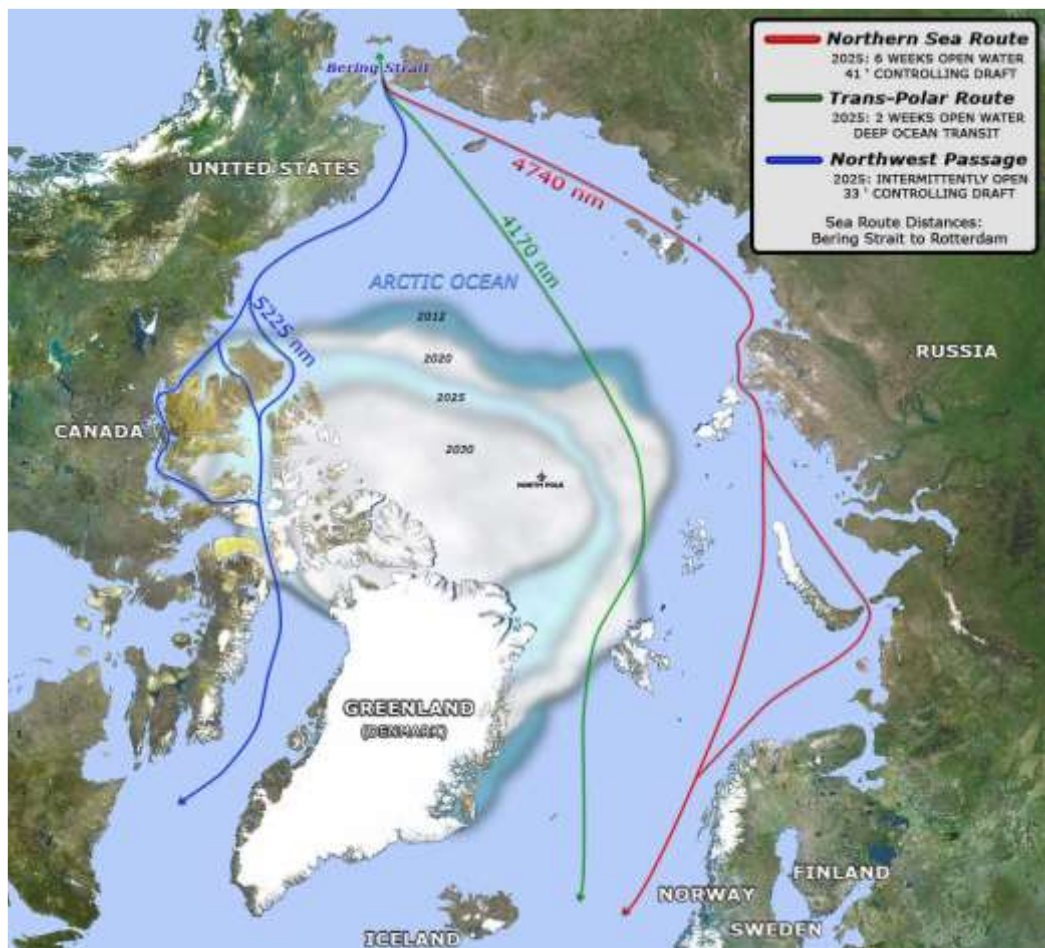


FIGURA 5 – Rotas marítimas no Oceano Ártico.

Fonte: U.S Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030. Washington: Office of the Oceanographer of the Navy, 2014. 43 p. Disponível em: <[http://www.navy.mil/docs/USN\\_arctic\\_roadmap.pdf](http://www.navy.mil/docs/USN_arctic_roadmap.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

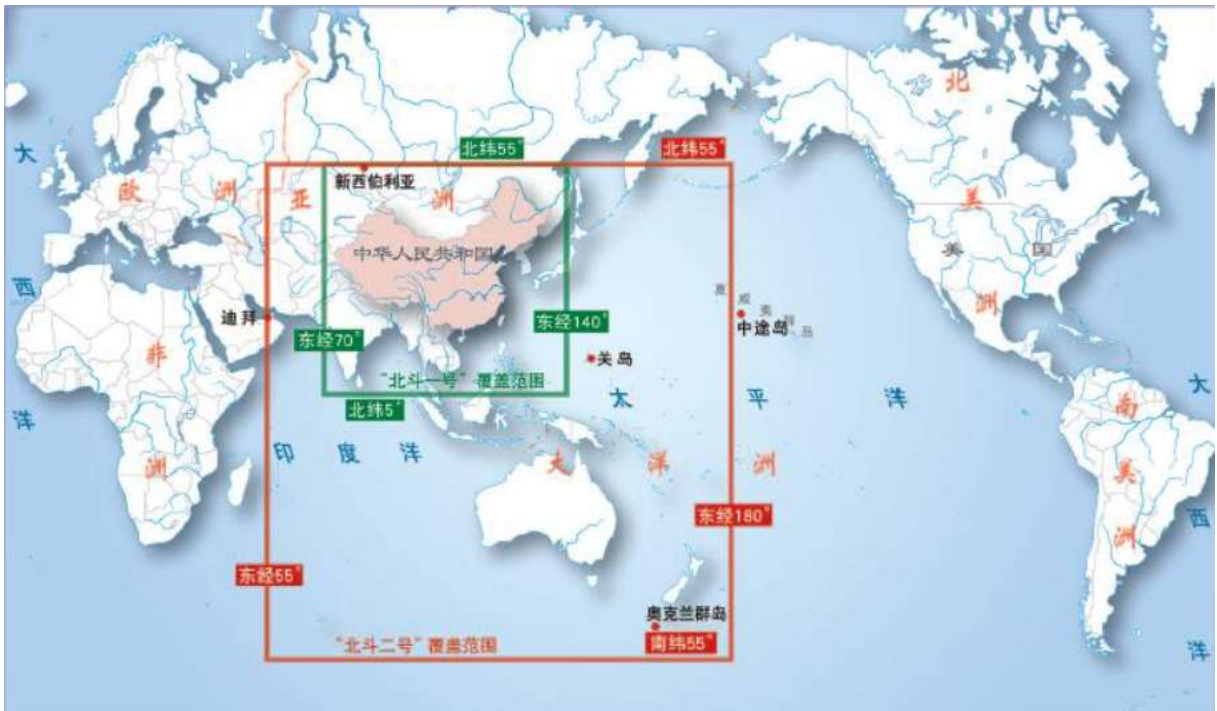


FIGURA 6 – Área de cobertura do Sistema *BeiDou*. Em verde a cobertura do *BeiDou-1* e em vermelho a cobertura do *BeiDou-2*.

Fonte: CHINA NATIONAL ADMINISTRATION OF GNSS AND APPLICATIONS (CNAGA). Disponível em: <<http://en.chinabeidou.gov.cn/c/84.html>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

#### The Belt and Road Initiative: Six Economic Corridors Spanning Asia, Europe and Africa

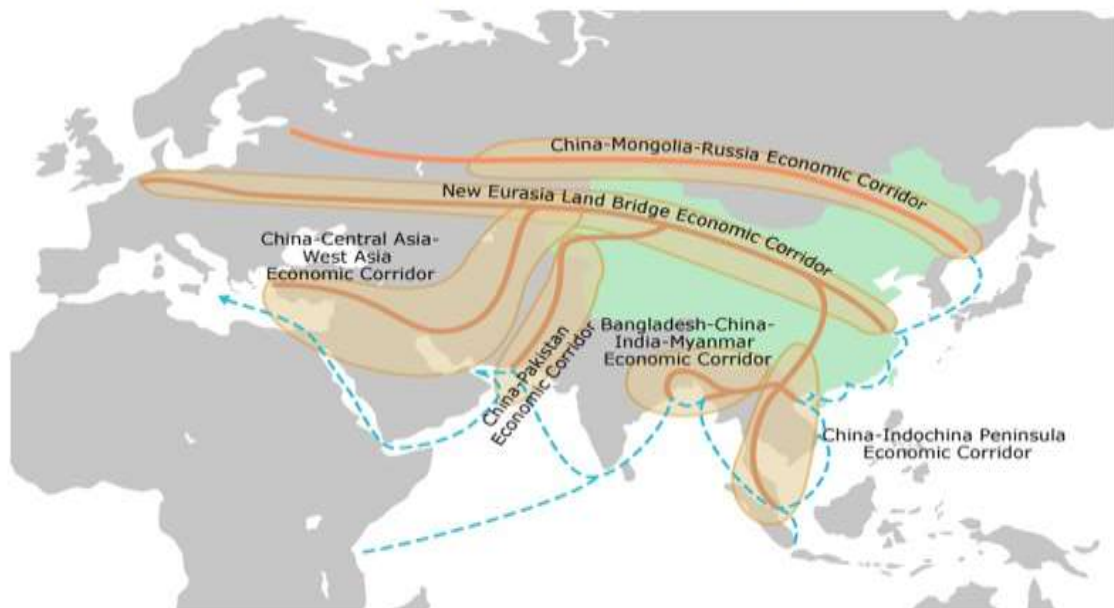


FIGURA 7 - Corredores de cooperação econômica no contexto da Iniciativa do Cinturão e Rota.

Fonte: HONG KONG TRADE DEVELOPMENT COUNCIL (HKTDC). Disponível em: <<http://china-trade-research.hktdc.com/business-news/article/The-Belt-and-Road-Initiative/The-Belt-and-Road-initiative/obor/en/1/1X000000/1X0A36B7.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2018.